



Diógenes Lycarião -UFMG / PPGcom / EME- dramarc@gmail.com



MUDANÇAS CLIMÁTICAS SOB O PRISMA DA ESFERA PÚBLICA: a mediação jornalística como fator de legitimação democrática no caso da COP-15

Livros de Códigos

Versão junho de 2014

Versão anterior: fevereiro, 2014

Diógenes Lycarião

Nota de direitos autorais: Encoraja-se o uso deste livro de códigos e suas variáveis, mas gostaríamos de solicitar que esse uso fosse acompanhado da devida referência, inclusive da lista de referências correspondente às variáveis que foram incorporadas de outros livros de códigos.

LIVROS DE CÓDIGOS

I. LIVRO DE CÓDIGOS DAS SESSÕES DA COP-15	238
1. DA AMOSTRA	238
2. VARIÁVEIS FORMAIS AO NÍVEL DA DECLARAÇÃO.....	239
V.1 Extensão do documento [EXT_DOC]	239
V.2 Transcrição da declaração [TRS_D]	239
V.3 Identificação do documento da declaração [ID_DOC_D].....	239
V.4 Data da declaração [DATA_D].....	239
V.5 URL do documento [URL_DOC_D]	239
V.6 Sessão [SESS].....	239
V.7 Número do vídeo [VID_NUM].....	240
V.8 Vídeo URL [VID_URL].....	240
V.9 Identificação do declarante [DECLTE]	240
V. 10 Tempo inicial [TEMP_0]	240
V. 11 Tempo final [TEMP_F]	240
3. VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DO PROFERIMENTO.....	242
V.12 Descrição da ação [DESCR_S].....	246
V.13 Ações (atribuição de código numérico) [AC_COD_S].....	247
V.14 Posicionamento [POSIC_S]	248
V.15 Tema [TEMA_S].....	248
V.16 Nome do agente [NOME_AG].....	252
V.17 Tipo do agente [TIPO_AG]	252
V.18 Cargo do agente [CARG_AG].....	252
V.19 Origem do agente [OGEM_AG].....	255
V.20 Nome do destinatário [NOME_DEST].....	256
V.21 Tipo do destinatário [TIPO_DEST]	256
V.22 Cargo do destinatário [CARG_DEST]	256
V.23 Origem do destinatário [OGEM_DEST].....	256
V.24 Caso [CAS_S]	256
CODIFICAÇÃO DE EXEMPLO - VARIÁVEIS AO NÍVEL DA DECLARAÇÃO	258
CODIFICAÇÃO DE EXEMPLO.....	260
VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DO PROFERIMENTO	260
PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES DE CODIFICAÇÃO.....	261

II. LIVRO DE CÓDIGOS DA COBERTURA:	263
1. DA AMOSTRA	263
2. VARIÁVEIS FORMAIS AO NÍVEL DA MATÉRIA	264
V.1 Título [TIT].....	264
V.2 Identificação do documento da matéria [ID_DOC_M].....	264
V.3 Data (= dd:mm:aaaa) [DIA_M]	264
V.4: Visibilidade dos media [VIS_M]	264
V.5: Gradiente de visibilidade [VIS_GRA]	264
V.6 Extensão da matéria [EXT_M].....	265
V.7 Extensão do corpo da matéria [EXT_COR_M]	265
V.8 – Primeiro autor [AUTOR_1].....	265
V.9 – Segundo autor [AUTOR_2].....	265
V.10 Editoria [EDR]	266
V.11 Formato da matéria [FOR_M].....	266
V.12 Identificação do vídeo [ID_VDEO]	266
V.13 Tempo em que a matéria se inicia [TMP_INI].....	266
V.14 Nota coberta [NOTA_COB]:	267
V.15 Chamada ao vivo [VIVO]	267
V.16 Chamada de abertura [CHAMA_ABE]	267
3. VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DA MATÉRIA.....	268
3.1 SELEÇÃO (FATORES DE NOTICIABILIDADE)	268
V.17 Êxito/benefício [EXTB]	269
V.18 Alcance [ALCA]	271
V. 19 Controvérsia [CONTROVER]	274
V.20 Elites políticas/influência [INFLU]	276
V.22 Personalização [PERSO]	280
V.23 Insucesso/dano [DANO]	282
3.2 INFORMAÇÃO DE CONTEXTUALIZAÇÃO	284
V.24 Aumento de temperatura [TEMP_AU].....	284
V.25 Tempo extremo [TEP_EXTR]	284
V.26 Derretimento de geleiras/ aumento do nível dos mares [DERT]	284
V.27 Oportunidades econômicas devido ao problema [ECONM_ME].....	285
V.28 Dificuldades e perdas econômicas devido ao problema [ECONM_PI].....	285
V.29 Outras consequências sociais [CONS_OU]	285

V.30 Menção a escopo das consequências [CONS]	286
V.31 Escopo das consequências [CONS_ESC]	286
V.32 Queima de combustíveis fósseis/emissões de gases-estufa [EMISS]	286
V.33 Desflorestamento [DEFLO]	287
V.34 Colisão de interesses nacionais [COL_NAC]	287
V.35 Outra causa [CAUS_OU]	287
V.36 Menção a um país culpado pelo problema [CULPA_M1]	287
V.37 1º País mencionado como culpado pelo problema [CULPA1]	288
V.38 Menção a segundo país culpado [CULPA_M2]	288
V.39 2º País mencionado como culpado pelo problema [CULPA2]	288
V.40 Menção a 3º país culpado [CULPA_M3]	288
V.41 3º País mencionado como culpado pelo problema [CULPA3]	288
V.42 Energia limpa [ENER_REN]	288
V.43 Reflorestamento ou desflorestamento evitado [REFL]	289
V.44 Mudanças na produção agrícola [AGRI]	289
V.45 Novo acordo legalmente vinculante [NOVO_AC]	289
V.46 Assistência financeira a países mais pobres [REM_FIN]	289
V.47 Menção a 1º país responsável por solucionar o problema [RESP_M1]	290
V.48 1o País apontado como responsável por solucionar o problema [RESP1]	290
V.49 Menção a 2º país responsável por solucionar o problema [RESP_M2]	290
V.50 2o País apontado como responsável por solucionar o problema [RESP2]	290
V.51 Menção a 3º responsável pela país solução [RESP_M3]	290
V.52 3o País apontado como responsável por solucionar o problema [RESP3]	291
V.53 Menção à COP atual [COP15_M]	291
V.54 COP atual [COP15]	291
V.55 Menção a COP passada [COP_ANT_M]	291
V.56 COPs passadas [COP_ANT]	291
V.57 Menção a próxima COP [CAN_M]	292
V.58 Próxima COP [CAN]	292
V.59 Extensão do Protocolo de Kyoto [EXT_PK]	292
3.3 TRADUÇÃO	293
V.60 Explicação de termos especializados, abreviações ou siglas [EXPL]	293
V. 61 Referência a emoções [R_EMO]	295
V.62 Verbalização [VERBZ]	295

V. 63 Nominalização [NOMZ].....	296
V.64 Siglas sem explicação [SIGLAS].....	296
V.65 Abreviações e termos especializados sem explicação [TESP]	297
3.4 DRAMATIZAÇÃO	298
V.66 1ª oração com Ação + actante [AA1].....	301
V.67 1ª oração com Ação + actante + objeto [AAO1]	302
V.68 1ª oração com Ação + actante + tempo [AAT1]	304
V.69 1ª oração com Ação + actante + espaço [AAE1]	304
V.70 2ª oração com Ação + actante [AA2].....	306
V.71 2ª oração com Ação + actante + objeto [AAO2]	306
V.72 2ª oração com Ação + actante + tempo [AAT2]	306
V.73 2ª oração com Ação + actante + espaço [AAE2]	306
V.74 Sequência cronológica das duas ações [CRONOS]	306
V.75 Emoção [EMO]	307
V.76 Conflito [CONFL].....	307
V.77 Presença de vítima [VIT]	307
V.78 Nome da vítima [NOME_VIT].....	308
V.79 Tipo da vítima [TIPO_VIT]	308
V.80 Cargo da vítima [CARG_VIT]	308
V.81 Origem da vítima [OGEM_VIT].....	308
V.82 Presença de vilão [VIL].....	308
V.83 Nome do vilão [NOME_VIL]:	309
V.84 Tipo do vilão [TIPO_VIL]:	309
V.85 Cargo do vilão [CARG_VIL]:.....	309
V.86 Origem do vilão [OGEM_VIL]:	309
V.87 Presença de herói [HERO].....	309
V.88 Nome do herói [NOME_HERO]:	310
V.89 Tipo do herói [TIPO_HERO]:.....	310
V.90 Cargo do herói [CARG_HERO]:	310
V.91 Origem do herói [OGEM_HERO]:	310
3.5 VISUALIZAÇÃO.....	311
V.92 Imagem de informação de contextualização [IMG_CONT]:	312
V.93 Imagem de lead [IMG_LED]:	313
V.94 Outra imagem [IMG_OT]:.....	315

V.95 Desconexão cognitiva [IMG_DES]	317
4. VARIÁVEIS FORMAIS AO NÍVEL DO PROFERIMENTO	318
V.96 Identificação do proferimento [PRM_ID]	318
V.97 Extensão do proferimento [EXT_PRM]	318
5. VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DO PROFERIMENTO	319
V.98 Nome da fonte [NOME_F]	320
V.99 Tipo de citação [CIT]	320
V.100 Tipo da fonte [TIPO_F]:.....	320
V.101 Cargo da fonte [CARG_F]	320
V.102 Origem da fonte [OGEM_F]	320
5.1 TRANSPARÊNCIA OFICIAL (SELEÇÃO).....	321
V.103 Descrição da ação [DESCR_M]	321
V.104 Ações (atribuição de código numérico) [AC_COD_M]	321
V.105 Posicionamento [POSIC_M]	321
V.106 Tema [TEMA_M]	322
V.107 Nome do agente [NOME_AG_M].....	322
V.108 Tipo do agente [TIPO_AG_M]	322
V.109 Cargo do agente [CARG_AG_M]	322
V.110 Origem do agente [OGEM_AG_M].....	322
V.111 Nome do destinatário [NOME_DEST_M]	322
V.112 Tipo do destinatário [TIPO_DEST_M]	322
V.113 Cargo do destinatário [CARG_DEST_M]	322
V.114 Origem do destinatário [OGEM_DEST_M]	322
V.115 Caso [CAS_M].....	322
5.2 DISTORÇÃO (erro).....	323
V.116 Erro [ER]	323
V.117 Anotações [ANT_ER].....	326
5.3 ESCRUTÍNIO PÚBLICO	327
V.118 Escrutínio público [ESCR]	327
V.119 Proposta ou demanda política [PROPS].....	329
V.120 Nome do alvo [NOME_AV]	329
V.121 Tipo do alvo [TIPO_AV].....	329
V.122 Cargo do alvo [CARG_AV]	330
V.123 Origem do alvo [OGEM_AV]	330

5.4 PUBLICIDADE AMPLIADA	331
V.124 Publicidade ampliada [PUBL_A]	331
V.125 Nome do ator [NOME_AT]	334
V.126 Tipo do ator [TIPO_AT]	334
V.127 Cargo do ator [CARG_AT]	334
V.128 Origem do ator [OGEM_AT]	334

I. LIVRO DE CÓDIGOS DAS SESSÕES DA COP-15

1. DA AMOSTRA

A amostra censitária das declarações formais em nome do Brasil feitas na COP-15 foi obtida a partir dos mecanismos de busca da página *online* da UNFCCC. Nessa página, foram selecionados todos os vídeos de sessões plenárias (*plenary*) e das coletivas de imprensa (*press conference*) que apresentaram declarações formais em nome do Brasil. Isso incluiu a delegação brasileira e qualquer outro declarante que falasse em nome de um conjunto de países que incluísse o Brasil. Sob esses critérios, 47 vídeos foram identificados, 37 dos quais provenientes de sessões plenárias e 10 de coletivas de imprensa.

2. VARIÁVEIS FORMAIS AO NÍVEL DA DECLARAÇÃO

V.1 Extensão do documento [EXT_DOC]:

- Informar a quantidade de palavras que o documento contendo a transcrição da declaração possui.
9999 = NSA (sem transcrição)

V.2 Transcrição da declaração [TRS_D]:

- Codificar se a declaração possui transcrição
1 = Sim
2 = Não

V.3 Identificação do documento da declaração [ID_DOC_D]:

- P001, P002... P047: indica o documento correspondente à transcrição e/ou da codificação da declaração e seus respectivos proferimentos.

V.4 Data da declaração [DATA_D]:

- Codificar a data em que a declaração foi realizada no seguinte padrão: dd/mm/aaaa

V.5 URL do documento [URL_DOC_D]:

- Se o documento transcrito estiver disponível na internet, por favor insira o endereço da URL: http://....
999 = NSA (o documento não possui transcrição ou não está disponível na internet)

V.6 Sessão [SESS]:

- Codificar em qual sessão a declaração foi realizada:
1 Welcoming Ceremony
2 COP
3 CMP
4 AWG-LCA
5 AWG-KP
6 SBI
7 SBSTA
8 High Level Segment
9 COP + CMP

- 10 COP + CMP + High Level
- 11 Press Conference
- 12 Outra
- 99 Incerto ou informação não encontrada

V.7 Número do vídeo [VID_NUM]:

- A coleta selecionou uma amostra de 47 vídeos contendo declarações que satisfazem os critérios da amostra. Codificar em qual dos vídeos (1 a 47)

V.8 Vídeo URL [VID_URL]:

- Informar a URL do vídeo em que a declaração se encontra
http://....

Exemplo:

<http://brasilnacop15.blogspot.com/2012/03/cop-7th-meeting-cmp-joint-high-level.html>

V.9 Identificação do declarante [DECLTE]:

- 1 Diplomata brasileiro
- 2 Diplomata estrangeiro em nome do Brasil
- 3 Presidente (Lula)
- 4 Líder de governo ou Estado em nome do Brasil
- 5 Assessor de imprensa da delegação brasileira
- 6 Assessor de imprensa estrangeiro em nome do Brasil
- 7 Ministro brasileiro
- 8 Ministro estrangeiro em nome do Brasil
- 9 Outro

V. 10 Tempo inicial [TEMP_0]:

- Informar tempo inicial de um intervalo aproximado em que a declaração poderá ser encontrada no seguinte padrão:
hh:mm:ss

V. 11 Tempo final [TEMP_F]:

- Informar tempo final de um intervalo aproximado em que a declaração poderá ser encontrada no seguinte padrão:

hh:mm:ss

3. VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DO PROFERIMENTO

As variáveis de conteúdo ao nível do proferimento tem por objetivo fazer uma varredura do posicionamento político expresso oficialmente em nome do Brasil nas sessões da COP-15. Mas o que constitui um proferimento? De acordo com as características dispostas pelos autores de *Shaping Abortion Discourse*, um proferimento possui apenas uma fonte ou declarante (*speaker*). Sendo assim, quando uma sentença apresentar conteúdo codificável no nível do proferimento sendo que tal conteúdo possa ser atribuído a vários declarantes (para as sessões) ou a várias fontes (para a cobertura), deve-se, então, codificar uma quantidade de proferimentos igual ao número de declarantes/fontes codificáveis.

Ademais, o estabelecimento da extensão de um proferimento é flexível e, portanto, não possui número mínimo ou máximo de palavras. No entanto, o recorte deve procurar ser o menor possível para evitar trazer dentro do proferimento informações que não são parte da categoria de interesse que motivou a codificação, assim como evitar, sempre que possível, o procedimento de repetição de codificação do trecho. No entanto observar que a conservação das informações referentes aos agentes e aos destinatários (ver descrição dessas variáveis adiante) devem ter prioridade. É preferível, portanto, repetir a codificação do mesmo proferimento a deixá-lo sem uma dessas informações.

Tendo em vista essas disposições sobre o proferimento, é oportuno repisar que sua codificação, no âmbito das sessões da COP-15, tem por objetivo realizar uma varredura do posicionamento político que aí foi expresso oficialmente em nome do Brasil. Essa varredura deve ser operacionalizada por meio da codificação de demandas ou propostas políticas e, de modo complementar, por variáveis que detalhem o conteúdo dessas propostas ou demandas. As seis variáveis que realizam esse detalhamento são as seguintes: *descrição, tema, ação, posicionamento, agentes e destinatários*.

A identificação da ocorrência de uma demanda ou uma proposta se realiza ao nível do proferimento. O trabalho de sua codificação consiste em identificar os proferimentos que tenham demandas ou propostas. Os proferimentos sem demandas ou propostas não devem, portanto, ser codificados. De modo a estabelecer sob quais circunstâncias um proferimento possui, então, uma demanda ou proposta, tornando-o, assim, codificável, as seguintes definições e diretrizes necessitam ser observadas:

- São considerados proferimentos codificáveis aqueles com orações com o verbo ser no tempo verbal presente ou imperativo que qualifiquem *ações* como importantes,

urgentes, necessárias ou que claramente estabeleça um posicionamento em relação a uma ação. Exemplo:

The Group [of 77 and China] supports the bottom-up Party-driven process.

No exemplo acima, a seguinte ação está sofrendo apreciação (favorável): Processo direcionado pelas partes de baixo para cima. Outro exemplo:

We do believe that the text has at its basis a critical important issue for the G77 which is its acceptance and structure which reflects the continuity of the Kyoto Protocol. This is a critical point of the G77 and it is something that we believe to be essential to the outcome that we are all looking for.

No exemplo acima, a seguinte ação está sendo defendida: a continuidade do Protocolo de Kyoto. Observar mais outro exemplo abaixo:

It is a sincere appeal to the organ, the COP, in the assessment and review of the effective implementation of the Convention to take appropriate measures ensuring that Article 4.3 of the Convention is adequately implemented.

No exemplo acima, a seguinte ação está sendo defendida: assegurar uma implementação apropriada do artigo 4.3 da Convenção.

- É preciso observar que, no entanto, as propostas ou demandas se encontram eventualmente sobrepostas, em tempo subjuntivo, colocadas em perspectiva futura, ou são condicionais. Para estes casos é preciso ter muita cautela e levar em conta que devem ser codificados apenas proferimentos em que o declarante *explicitamente* indica uma ação para ser posta em prática (ou ser recusada) no tempo presente ou futuro. De modo a esclarecer cada caso, observar abaixo as seguintes especificações.

a) Ações de demandas ou propostas em termos condicionais:

Se uma ação só for aceita em caso de uma condicionante, a ação que depende da condicionante deve ser considerada incerta e, portanto, não deve ser codificada. A condicionante - a qual é tomada como um pré-requisito para a aceitabilidade da outra ação - é considerada, no entanto, como uma demanda válida (pois foi explicitamente tomada como desejável ou indesejável) e, portanto, deve ser codificada. Exemplo:

A ambição de reduzir, em 50%, as emissões globais de gases de efeito estufa em 2050, em comparação com o ano de 1990, será vazia e sem sentido se não houver compromissos de financiamento de curto e médio prazo.

No exemplo acima, codificar apenas a condicionante, ou seja, “financiamento de curto e médio prazo”. Outro exemplo:

Se o aquecimento de 2 graus é o pressuposto do acordo, então que este acordo pereça.

No exemplo acima, a posição em relação ao acordo (recusa) depende da condicionante de que ele contenha a perspectiva de aquecimento de até 2 graus. O que efetivamente está sendo recusado, portanto, é esse pressuposto, e não necessariamente o acordo. Sendo assim, codificar apenas “permitir aquecimento de até 2 graus” como proposta ou demanda a ser recusada. Não obstante, orações que lidam com as *consequências* dessa ou daquela ação no futuro (ou falta de ação) *não* devem ser codificadas como tal. Exemplo:

A ambição de reduzir, em 50%, as emissões globais de gases de efeito estufa em 2050, em comparação com o ano de 1990, ajudará a assegurar o objetivo de enfrentar as mudanças climáticas.

➡ **Atenção:** Caso uma demanda ou proposta seja apresentada de forma incerta ou em termos de seus efeitos futuros de modo a estar semanticamente correlacionada a outra oração que expressa *explicitamente* sua aprovação ou recusa (i.e. em tempo presente, ou imperativo), então essa demanda ou proposta passa a ser codificável. Para fins de ilustração, o exemplo anterior foi tomado como referência e modificado:

A ambição de reduzir, em 50%, as emissões globais de gases de efeito estufa em 2050, em comparação com o ano de 1990, ajudará a assegurar o objetivo de enfrentar as mudanças climáticas. Por isso, devemos trabalhar para alcançar essa meta dentro do prazo.

No caso acima, codificar: “redução de 50%, as emissões globais de gases de efeito estufa em 2050, em comparação com o ano de 1990” como demanda ou proposta política. Isso porque o trecho em destaque expressa explicitamente o posicionamento em relação a uma ação política (i.e. reduzir em 50% as emissões globais).

b) Sobreposição de diversas demandas ou propostas num só proferimento:

Em muitos proferimentos, diversas demandas ou propostas acabam sendo compactadas. Essa sobreposição assume muitas formas e seria inviável listar todas as possibilidades em que isso pode ocorrer. Não obstante, essa sobreposição se dá mais frequentemente de duas formas: 1) proferimentos que possuem orações subordinadas de finalidade. Sendo assim, em caso de orações do tipo “Precisamos fazer X com o objetivo de conquistar Y”, tanto X como Y devem ser codificadas como demandas ou propostas políticas; 2) proferimentos que possuem orações

coordenadas sindéticas aditivas. Isso ocorre em proferimentos similares à seguinte estrutura: “Queremos fazer X e rejeitar Y”; ou “Queremos tanto X como Y”. Para fins de ilustração de cada possibilidade, conferir, a seguir, exemplo referente ao tipo 1 de sobreposição de demandas ou proposta em um só proferimento:

Controlar o aquecimento global é fundamental para proteger o meio ambiente.

No exemplo acima, duas demandas ou propostas são citadas: controlar o aquecimento global e proteger o meio ambiente. Ambas as ações são codificadas.

Agora ver exemplo abaixo referente ao tipo 2 de sobreposição de demandas ou proposta em um só proferimento:

In sum, the replenishment of the GEF is a discussion that must be driven by all Parties and not only by the GEF Council.

Aqui há duas ações que estão sendo consideradas, uma favoravelmente (a reposição do GEF deve ser direcionada por todas as partes) e outra desfavoravelmente (de uma reposição do GEF conduzida somente por seu conselho). Ambas devem ser codificadas.

Agora ver abaixo exemplo que combina tanto o tipo 1 como o tipo 2

We still keep the hope that we could reach a balanced outcome for all the elements of the Bali Action Plan for this COP, and will continue to engage constructively in the negotiations, in order to reach an equitable outcome for this session.

Nesse proferimento, três ações estão sendo consideradas. As duas primeiras - (a) um resultado equilibrado para todos os elementos do Plano de Bali e (b) a continuidade de um engajamento construtivo nas negociações - são apresentadas sob a estrutura do tipo 2 de sobreposição. A terceira ação (um resultado equitativo para a sessão) se dá sob a estrutura de sobreposição de tipo 1. Todas as ações, portanto, devem ser codificadas.

PROFERIMENTOS OU AÇÕES NÃO CODIFICÁVEIS:

- Proferimentos fazendo referências a propostas ou demandas claramente identificadas como feitas em outras COPs não devem ser codificadas, a não ser que o declarante expresse que tal demanda ou proposta ainda continua válida para a COP em curso (a COP-15).

- Descrições ou apreciações valorativas “a proposta é interessante”, “merece nossa atenção”, “o aquecimento global é uma ameaça à vida humana” não são formas explícitas de dar resposta ao que fazer e, portanto, não podem ser consideradas como codificáveis.
- Justificações de uma demanda ou proposta também não devem ser codificadas. No caso de proferimentos com estruturas similares a “devemos fazer X por causa de Y”. Codificar apenas X, uma vez que Y está justificando X.

V.12 Descrição da ação [DESCR_S]:

- A descrição se refere à ação de uma demanda ou proposta. Essa descrição deve resumir ao máximo a ação que está sendo rejeitada ou endossada. Deve resumir no sentido de eliminar os agentes e destinatários (ver variáveis abaixo) da demanda ou proposta e de modo retirar elementos discursivos que sejam dispensáveis para se descrever a ação. Exemplo:

Os países desenvolvidos devem assumir metas ambiciosas de redução de emissões à altura de suas responsabilidades históricas e do desafio que enfrentamos.

No exemplo acima, a descrição da ação pode ser resumida como “Metas de redução ambiciosas” ou “mitigação ambiciosa”. Isso porque todo o resto detalha a ação ou a modula em termos de outros elementos interpretativos que não qualifica a ação de modo substantivo. Primeiramente, deve-se excluir os agentes da ação, i.e. “os países desenvolvidos”. Essa informação é codificada em outra variável (ver adiante). Com relação “à altura de suas responsabilidades históricas”, deve-se considerar que se trata de uma especificação que está diretamente associada ao agente e, portanto, não se descreve exclusivamente o conteúdo da ação. Além disso, trata-se uma especificação que, na verdade, não detalha o exato nível das reduções, mas apenas a justifica a partir de um princípio. Sendo assim, trata-se de uma informação dispensável para a descrição. O mesmo pode ser considerado para “à altura do desafio que enfrentamos”.

Ademais, a descrição deve sempre se dar em termos afirmativos, mesmo que esta esteja sendo rejeitada pelo declarante. Isso porque essa rejeição é indicada na variável posição [POSIC_S]. Sendo assim, quando uma ação de uma proposta ou demanda estiver sendo rejeitada, a descrição irá transformar seu conteúdo de modo a deixar apenas a atividade política que está sendo considerada. Exemplos:

A continuidade das negociações depende da continuidade do Protocolo de Kyoto.

Sem a continuidade do Protocolo de Kyoto, não se concebe a continuidade das negociações.

Em ambos os exemplos, a descrição da ação deve ser a mesma: continuidade do Protocolo de Kyoto.

➡ **Atenção:** Por se tratar da mesma ação, a codificação para a variável “ações” deve utilizar o mesmo código.

- A ação de uma demanda ou proposta deve ser codificada e descrita de modo privilegiar o conteúdo mais específico desta. Exemplo:

O G77 e a China defendem um resultado que garanta financiamento estável e de longo prazo.

A descrição da ação acima deve, então, privilegiar o elemento mais específico da demanda/proposta, i.e. “garantia de financiamento estável e de longo prazo”, e não “resultado”. No entanto, quando a demanda ou proposta tiver um conteúdo generalista, então ele deve ser descrito enquanto tal. Exemplo:

Defendemos um resultado significativo

Na demanda ou proposta acima, deve-se descrever a ação que está sendo endossada: “um resultado significativo”

V.13 Ações (atribuição de código numérico) [AC_COD_S]:

- Após identificar um proferimento com uma demanda ou proposta, o próximo passo é codificar a ação que ela endossa ou rejeita. A ação, desse modo, responde à pergunta “o que fazer?” Para codificar a ação de uma proposta ou demanda, deve-se estabelecer um código numérico. Toda vez que uma proposta ou demanda envolver uma ação equivalente, deve-se considerar a codificação dessa ação equivalente sob o mesmo código numérico. Apenas durante o processo de revisão e codificação é que se poderá aferir com maior nível de segurança e confiabilidade as diversas formas pelas quais uma mesma ação pode ser expressa pelos declarantes. Por isso, a codificação das ações deve ser feita consultando-se as descrições anteriores assim como o contexto da declaração.

V.14 Posicionamento [POSIC_S]:

- Esta variável visa codificar se o declarante rejeita ou endossa a ação que está sendo referida na demanda ou proposta. Para isso, utilizar os seguintes códigos:

1 = Pró

2 = Contra

999 = NSA

De modo a ilustrar a operacionalização dessa variável, os exemplos anteriores estão sendo retomados abaixo:

A continuidade das negociações depende da continuidade do Protocolo de Kyoto.

Sem a continuidade do Protocolo de Kyoto, não se concebe a continuidade das negociações.

Ação: Continuidade do Protocolo de Kyoto

Posição: 1 (pró) para “continuidade do PK”.

As nossas metas não precisam de dinheiro externo.

Ação: Necessidade de dinheiro externo para [cumprimento de] metas

Posição: 2 (Contra)

V.15 Tema [TEMA_S]:

Ao longo da codificação, é possível perceber que certos temas tendem a se repetir. Tal como nos exemplos anteriores, temas como “o Protocolo de Kyoto”, “financiamento” e “metas de redução” são palavra-chave que se alastram ao longo das demandas e propostas realizadas nas sessões da COP-15 e indica sobre o que a ação se trata. No entanto, uma mesma ação pode fazer referência a mais de uma dessas palavras-chave. Ademais, algumas palavras se repetem constantemente sem que, no entanto, alcancem o status de “temas” propriamente dito. É o caso, por exemplo, da palavra “texto”, a qual se repete inúmeras vezes ao longo dos proferimentos. De modo, então, a superar esses problemas, os seguintes critérios e definições devem ser observados para uma identificação consistente do tema:

- Enquanto a ação responde à pergunta “o que fazer?”, o tema responde à pergunta “do que trata esta ação?”.

- Um tema emerge pela repetição de uma palavra-chave que seja capaz de responder validamente à pergunta acima. Como critério de repetição, utilizar o mínimo de 3 menções dessa palavra-chave ao longo do material a ser codificado.
- Para palavras-chave que se repetem constantemente, mas que não respondem satisfatoriamente à pergunta “sobre o que é esta ação”, é possível construir um tema capaz de conferir esta resposta de modo a guardar coerência semântica com a palavra-chave. Para a palavra-chave “texto”, por exemplo, isso foi realizado. O tema “redação de texto” (*drafting*) foi então construído de modo a indicar que a ação trata de modificar algum texto que está sendo discutido em sessão plenária.

Sob estes critérios, os seguintes temas emergiram:

- 1 Adaptação
- 2 Aquecimento
- 3 Capacitação
- 4 CCS (*Carbon dioxide Capture and Storage*)
- 5 Compromisso(s)
- 6 Comunicações Nacionais
- 7 Convenção (UNFCCC)
- 8 Economia
- 9 Financiamento
- 10 Florestas
- 11 Grupo de Contato
- 12 KP (Protocolo de Kyoto)
- 13 Mapa de Bali
- 14 Negociações
- 15 Redução de emissões
- 16 Responsabilidades
- 17 Resultado
- 18 Transferência tecnológica
- 19 Ético comportamental
- 20 Redação de texto (*drafting*)
- 99 Sem tema listado
- 998 Incerto

999 NSA

- No caso de uma dúvida da descrição ocorrer devido à concorrência de mais de um termo para aferir o tema da demanda ou proposta, deve-se então codificar aquele que aparecer primeiro no proferimento.
- Quando uma demanda/proposta fazer menção a um documento ou artigo da convenção sem especificar a qual tema se refere, a codificação da descrição será complementada mediante consulta a tal documento, levando em conta o título da seção referenciada e os primeiros parágrafos. A codificação da descrição se dará tomando como referência o primeiro termo ou palavra-chave que corresponder a um dos temas listados no menu de opções (acima). Exemplo:

It is a sincere appeal to the organ, the COP, in the assessment and review of the effective implementation of the Convention to take appropriate measures ensuring that Article 4.3 of the Convention is adequately implemented.

O proferimento acima endossa a seguinte ação: implementação adequada do artigo 4.3 da Convenção. Para codificar o tema dessa ação, deve-se consultar o referido artigo, o qual dispõe que: “The developed country Parties and other developed Parties included in Annex II shall provide new and additional financial resources to meet the agreed full costs incurred by developing country Parties in complying with their obligations under Article 12, paragraph 1.” O primeiro termo ou palavra-chave que corresponde a um dos temas listados é “financial resources”. O tema da referida demanda/proposta deve ser codificada, portanto, como financiamento.

AGENTES E DESTINATÁRIOS:

Demandas ou propostas, além de uma ação, podem eventualmente também indicar agentes e/ou destinatários. Para identificar a ocorrência destes, observar as seguintes definições e diretrizes de codificação:

- O agente de uma ação especifica quais países ou instituições deverão executá-la.

Exemplo:

Os países desenvolvidos devem assumir metas ambiciosas de redução de emissões à altura de suas responsabilidades históricas e do desafio que enfrentamos.

No exemplo acima, *os países desenvolvidos* são aqueles previstos de executar a ação e devem, portanto, ser codificados como os agentes da mesma.

- O destinatário de uma ação específica aqueles que serão beneficiados com tal ação ou a quem ou a quais instituições ela se dirige. Exemplo:

We should draw some funds from Joint Implementation Project and put these in the Adaptation Funds in order to help and support developing countries to solve their most urgent problems that is adaptation.

No exemplo acima, o destinatário da ação “utilizar fundos de financiamento do Joint Implementation para a adaptação” se trata dos países em desenvolvimento (*developing countries*). Estes devem, portanto, ser codificados como destinatários.

- A especificação dos destinatários e agentes só é válida para todas as ações dispostas em sequência de um proferimento. Isso de tal modo que a separação entre os agentes/destinatário e as ações de dê por vírgulas ou conjunções aditivas. Em caso de sentenças com orações subordinadas, por favor não codificar a existência de agentes/destinatários. Exemplo:

The Group of 77 and China would also like to appeal to all Parties, particularly Annex I Parties to engage faithfully in the negotiations to complete the mandate of the AWG-KP and to build a strong Kyoto Protocol.

O exemplo acima possui três ações: (1) engajar-se completamente e sinceramente nas negociações; (2) completar o mandato do AWG-KP; (3) construir um protocolo de Kyoto forte. Para as duas primeiras ações, dois agentes são especificados: (1) todas as partes; (2) partes do Anexo I.

Nesse caso, apenas as propostas/demandas (1) e (3) devem ter os agentes acima especificados. A proposta/demanda (2) faz parte de uma oração subordinada de finalidade e não pode possuir, portanto, destinatário nem agente.

- Quando a demanda ou proposta for proferida em primeira pessoa do singular, codificar o agente apenas para chefes de estado ou de governo.
- Quando o declarante associar uma execução de uma proposta/demanda a um “nós” sem nenhuma especificação adicional, por favor não codifique o agente. Isso porque a referência a um “nós” no discurso público frequentemente é implícita e carregada de ambiguidades com relação ao conjunto de agentes que compõe a coletividade referenciada (Peters & Wessler, 2006, p.130). Isso pode ser constatado no material sob análise, onde o “nós”, muitas vezes, parece fazer referência, ora à comunidade de países em nome do qual o representante fala, ora à totalidade das partes envolvidas nas

negociações. Outras vezes, a referência parece se dirigir à noção mais inclusiva de “nós”, i.e. enquanto humanidade.

V.16 Nome do agente [NOME_AG] (Wessler et al, 2013, V068, p.80):

- Escrever o nome do agente (ou, no caso de outras variáveis, destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) especificado na demanda ou proposta.

99 Incerto

999 NSA

V.17 Tipo do agente [TIPO_AG] (Wessler et al, 2013, V069, p.81):

- Codificar se o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) é individual (indicador por nome próprio) ou agente coletivo/institucional (i.e. indicado pelo nome de instituição ou grupo).

1 Agente individual (exemplos: ‘Barack Obama’, ‘Jayanthi Natarajan’, ou ‘diplomata sem nome especificado’)

2 Ator coletivo ou institucional (exemplos: ‘Brasil’, ou ‘países em desenvolvimento’)

V.18 Cargo do agente [CARG_AG] (Wessler et al, 2013, V070, p.81):

- Codificar o cargo, a função ou a respectiva afiliação institucional do agente (ou, para outras variáveis similares a esta, destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo). Para isso, tentar sempre que possível utilizar os códigos com quatro dígitos (mais específico). Em caso de dúvida, utilizar o de dois dígitos (mais abrangente).

11 representantes de ONG’s / ativistas

1101 ONG/representante de Think Tank ambientalista

- Codificar sob esta opção se o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) se enquadrar na categoria de uma ONG ou think tank de caráter ambientalista. Exemplos: Greenpeace, Instituto Imazon, WWF, Friends of the Earth, Climate Action Network, etc.

1102 ONG/representante de Think Tank – não ambientalista

- Codificar sob esta opção se o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) se enquadra na categoria de uma ONG ou think tank que não seja de caráter ambientalista. Exemplos: Instituto Ethos, Oxfam, Amnesty International, World Energy Council, etc.

1103 Ativista(s) ambiental(is)/manifestante(s) sem filiação institucional:

- Codificar sob esta opção se o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) se constituir em ativista(s) ou manifestante(s) ligados a causas ambientais, mas sem filiação institucional.

1104 Ativista(s)/manifestante(s) sem filiação institucional:

- Codificar sob esta opção se o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) se constituir em ativista(s) ou manifestante(s) sem filiação institucional e que não esteja associado a causas ambientais, tais como ativistas/manifestantes por direitos humanos, direitos trabalhistas, etc.

12 Agentes nacionais

1201 Governos em geral

- Codificar sob esta opção quando o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) se tratar de governos. Exemplos: países desenvolvidos, Japão, Brasil, EUA, etc.

1202 Chefe de governo (exemplos: Lula, Barack Obama, etc.)

1203 Chefe de Estado (exemplo: ‘Chadian President Idriss Deby’)

- Se o agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo) for tanto chefe de governo com chefe de Estado, codificar como ‘1202 - Chefe de governo’.

1204 Ator político – administração (exemplo: Ministro/Secretário, agência estatal)

- Esta opção também inclui membros das delegações participantes das COPs, os quais são chamados frequentemente de negociadores, diplomatas ou afins.

1205 Ator político – partido do governo/coalização

- Brasil: PT (Partido dos Trabalhadores), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PP (Partido Progressista), PSB (Partido Socialista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro);

1206 Ator político – oposição

- DEM (Democratas), PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PPS (Partido Popular Socialista); PV (Partido Verde)

1207 Ator político – afiliação incerta (a exemplo de ‘parlamentares’)

1208 Governo local

- Esta opção inclui o poder executivo municipal e estadual.

1209 Outras instituições nacionais: cortes, sindicatos, associações desportivas, etc.

13 Atores políticos internacionais

1301 Nações Unidas (ONU) ou organização afiliada (exemplos: UNFCCC, SBSTA, INEP, etc.)

1302 Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)

1303 União Europeia (UE) ou organização afiliada (exemplo: Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Conselho Europeu)

1304 Conselho da Europa

1305 BRICS

- Coalização de países emergentes que inclui Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul.

1306 BASIC

- Bloco de quarto grandes países em desenvolvimento - Brasil, África do Sul, Índia, e China.

1307 Organização de países exportadores de Petróleo (OPEP)

1308 União Africana (UA)

1309 Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)

1310 Organização dos Estados Americanos (OEA)

1311 Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA)

1312 Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS)

1313 Conselho do Ártico

1314 Banco Mundial

1315 Agência Internacional de Energia (IEA)

1316 G8/G8+5

1317 G20

1318 G77 e a China

1319 Outra instituição internacional: OSCE, CIS etc.

14 Negócios/Indústria (representantes)

1401 Negócios/Indústria (representantes) - empresa ou corporação específica

- Codificar apenas representantes falando em nome de suas empresas ou corporações. Um funcionário sem qualquer função executiva ou comunicativa é codificado como “1605 – cidadão ordinário”.

1402 Negócios/Indústria (representantes) - grupo de interesse ou setor industrial

15 Cientistas/pesquisadores

1501 Cientista ou pesquisador(a) / instituto de pesquisa

- Sob esta opção, são codificadas universidade ou cientistas ligados ao governo, a uma instituição de pesquisa ou a uma comissão de especialistas. Mas atenção: um cientista sob afiliação do IPCC é codificado como ‘1302’!

16 Outros atores

1602 Jornalistas ou a mídia em geral.

1603 Igreja / comunidade religiosa (representante)

1605 O público / cidadãos / cidadão ordinário

1606 Intelectuais

- Definimos intelectuais como pessoas de notável saber intelectual, cultural ou artístico e cujo saber lhe confere proeminência no discurso público. Exemplos: Delfim Neto, Jürgen Habermas, etc.

1607 Artistas ou celebridades

997 Outros

998 Incerto

999 NSA

V.19 Origem do agente [OGEM_AG] (Wessler et al, 2013, V013, p.26-27; V071, p.85):

- Codificar a origem do agente (ou destinatário, vítima, vilão, herói, fonte e alvo).

1-221 Lista de Estados-membros das Nações Unidas, outros países e regiões globais.

222 Países desenvolvidos/industrializados/ricos

- Codificar esta opção também quando um termo alternativa for usado e que possa ser considerado como sinônimo para ‘países desenvolvidos’ ou ‘países industrializados’, tais como “países mais ricos”, “países ocidentais”, “nações de economia avançada”.

223 Países emergentes

- Aplicar as mesmas indicações para ‘222’

224 Países em desenvolvimento

- Aplicar as mesmas indicações para ‘222’

225 Países pobres/mais pobres

- Aplicar as mesmas indicações para ‘222’

226 Transnacional

227 Sem Estado

228 Várias origens

998 Incerto

999 NSA

- Organizações internacionais e instituições intergovernamentais, assim como seus respectivos representantes são codificadas como ‘226- Transnacional’ a não ser que o país ou região de origem do representante seja explicitamente mencionada.

➔ **Atenção:** Uma exceção é feita para representantes da União Europeia ou de suas instituições. (a exemplo da Comissão Europeia). Codificar a origem como ‘200 Europa’ no lugar de ‘transnacional’ a não ser que o respectivo país de origem do representante seja explicitamente mencionado.

V.20 Nome do destinatário [NOME_DEST]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.21 Tipo do destinatário [TIPO_DEST]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.22 Cargo do destinatário [CARG_DEST]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG]

V.23 Origem do destinatário [OGEM_DEST]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

V.24 Caso [CAS_S]:

- Codificar como caso toda proposta ou demanda política que se fazer presente também na cobertura.

Mas o que forma uma demanda ou proposta política? Uma proposta ou demanda política é um arranjo *ad hoc* entre a ação, o posicionamento (a favor ou contra), do tema, assim como dos agentes e destinatários da mesma. Desse modo, a codificação dos casos se dá a partir de um julgamento que o codificador realiza tendo em vista elementos qualitativos acerca da relação entre as informações que constam nessas variáveis.

O elemento qualitativo fundamental a demarcar a separação de um caso do outro repousa no significado político do arranjo em tela. Os casos, desse modo, almejam representar propostas ou demandas políticas apesar de certas diferenças. Entre estas está a diversidade de detalhamento com que os (as) representantes expressam as demandas ou propostas políticas (com maior ou menor nível de detalhamento). Ademais, as palavras utilizadas também

assumem diversas possibilidades (partir do uso de sinônimos ou até mesmo metáforas, por exemplo).

A visualização do caráter comum dessas demandas ou propostas tende a emergir, a despeito das diferenças em tela, quanto mais forem exaustivas a leitura das declarações feitas nas sessões da COP-15 e dos proferimentos na arena discursiva mediática. Essa visualização também tende a se acentuar pelo nível de investigação quanto à conjuntura política que envolve ambas as arenas discursivas.

De modo a ilustrar todas as variáveis desse livro de códigos, observar a codificação do seguinte proferimento (o qual pode ser encontrado na linha 429 da planilha de codificação das sessões da COP-15):

Se for necessário fazer um sacrifício a mais, o Brasil está disposto a colocar dinheiro também para ajudar os outros países. Estamos dispostos a participar do financiamento se nós nos colocarmos de acordo numa proposta final, aqui neste encontro. (Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em sessão da COP-15).

CODIFICAÇÃO DE EXEMPLO - VARIÁVEIS AO NÍVEL DA DECLARAÇÃO:**V.1 Extensão do documento [EXT_DOC]:**

1312 (palavras)

V.2 Transcrição da declaração [TRS_D]:

1 Sim

V.3 Identificação do documento da declaração [ID_DOC_D]:

P045

V.4 Data da declaração [DATA_D]:

18/12/2009

V.5 URL do documento [URL_DOC_D]:

http://www.cop15.gov.br/pt-BR/index4d9c.html?page=noticias/discurso-lula-transcriacao_cop15

V.6 Sessão [SESS]:

999 (Informação completa não disponibilizada)

V.7 Número do vídeo [VID_NUM]:

43

V.8 Vídeo URL [VID_URL]:

http://unfccc2.metafusion.com/kongresse/cop15_hls/templ/play.php?id_kongresssession=4273

V.9 Identificação do declarante [DECLTE]:

3 Presidente da república (Lula)

V.10 Tempo inicial [TEMP_0]:

00:10:24

V.11 Tempo final [TEMP_F]:

00:16:08

CODIFICAÇÃO DE EXEMPLO
VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DO PROFERIMENTO:

V.12 Descrição da ação [DESCR]:

Disponibilizar-se a ajudar financeiramente

V.13 Ações (atribuição de código numérico) [AC_COD]:

33050

V.14 Posicionamento [POSIC]:

1 Pro

V.15 Tema [TEMA]:

9 Financiamento

V.16 Nome do agente (Wessler et al, 2013, V068, p.80) [NOME_AG]:

Brasil

V.17 Tipo do agente: (Wessler et al, 2013, V069, p.81) [TIPO_AG]:

2 Institucional ou coletivo

V.18 Cargo do agente (Wessler et al, 2013, V070, p.81) [CARG_AG]:

1201 Governos em geral

V.19 Origem do agente (Wessler et al, 2013, V013, p.26-27; V071, p.85) [OGEM_AG]:

24 Brasil

V.20 Nome do destinatário:

Outros países

V.21 Tipo do destinatário:

2 Institucional ou coletivo

V.22 Cargo do destinatário:

1201 Governos em geral

V.23 Origem do destinatário:

998 Incerto

V.24 Caso:

34 – “Dinheiro brasileiro para fundo global”

O caso acima trata da disposição do Brasil em ajudar financeiramente outros países. Essa proposta foi o 34ª caso identificado, ou seja, trata-se da 34ª demanda ou proposta proferida em sessões da COP-15 e que sofreu cobertura nos veículos analisados. Essa proposta, apesar de ter sido proferida apenas uma vez nas sessões da COP-15, é composta por elementos que se repetiram ao longo de suas sessões. Ela trata, por exemplo, do tema de “assistência financeira”, o qual foi o tema mais enfatizado tanto nas sessões da COP-15, como na cobertura. O caráter único dessa proposta consiste na transformação do posicionamento político do Brasil ali sinalizada pelo presidente Lula. Isso porque, até então, o Brasil demonstrava resistência em se disponibilizar a participar do financiamento às mudanças climáticas de outros países. Essa foi a primeira vez que a superação de tal resistência foi oficialmente e publicamente comunicada.

PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES DE CODIFICAÇÃO:

- Quando um declarante faz menção de apoio ou oposição à fala de outros declarantes, identificando-os explicitamente, as demandas e propostas dos mesmos devem ser codificadas de modo a respeitar a sequência em que foram dispostos na sessão. Por exemplo: um declarante do G77 recusa uma proposta e atribui explicitamente esta a uma declaração anterior feita por um diplomata dos EUA. Nesse caso, identificar a declaração do diplomata estadunidense e a respectiva proposta. Codificar a proposta em acordo com o tempo que ela foi proferida e a posição do declarante de interesse (no caso, o G77, e não a dos EUA).
- Repetições da mesma demanda ou proposta, caso sejam feitas em sequência e na mesma declaração e sem informação adicional (relativa à posição, agente, ou destinatário), *não* devem ser codificadas. Nesse caso, elas são consideradas redundâncias, e não ênfase.

- Por outro lado, quando a demanda/proposta tiver mais de um agente ou destinatário, por favor repita a codificação da demanda ou proposta de modo a contemplar todos os citados, seja como agentes ou destinatários. Também repetir a demanda se ela contiver alguma informação referente a posição, agente ou destinatário adicional ou diferente da anterior.
- No caso de sessões ordinárias das plenárias não codificar perguntas dirigidas ao presidente da sessão ou ao presidente da mesa como demandas/propostas. No entanto, no caso de conferências de imprensa, por favor codificar caso o declarante expressar a demanda por algum tipo de informação.

Exemplo: 33032 (linha 244 do banco de dados correspondente)

II. LIVRO DE CÓDIGOS DA COBERTURA

1. DA AMOSTRA

A amostra abrange os dias de cobertura da COP-15 realizada tanto pela FSP como pelo JN. Esta corresponde ao período entre 07 de dez. de 2009 a 19 de dez. do mesmo ano, excetuando-se o dia 13 de dezembro (domingo), dado que não houve edição do JN nesse dia. No total, 12 dias de cobertura foram coletados e codificados.

Com relação à FSP, a coleta foi realizada por meio da combinação de dois métodos. O primeiro consistiu em verificar o conteúdo do sumário de cada edição do jornal e o segundo se deu através de pesquisas no motor de busca *online* do periódico. As palavras-chave utilizadas nessas pesquisas foram as seguintes: *Copenhague, COP-15; Conferência do Clima, Cúpula do clima, mudanças climáticas, aquecimento global, emissões de CO2, efeito estufa*. Todos os artigos contendo menos de 100 palavras foram excluídas da amostra. A contagem da quantidade de palavras foi feita automaticamente, uma vez que todas as matérias possuem versão digital. Para efeito dessa contagem, também foram incluídas as legendas dos visuais. Estas são consideradas parte integrante das matérias. Ademais, foram excluídas as matérias que não satisfizeram a categoria de materiais factualmente orientados, ou seja, todas as matérias que não fossem notícias ou reportagens foram excluídas da amostra. Assim, entrevistas, artigos de opinião e colunas não participam do universo das 65 matérias que foram coletadas e codificadas na FSP.

Com relação ao JN, as edições coletadas provém do banco de dados do CEADD (Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital), com a exceção do dia 08 de dezembro, a qual foi obtida através do portal de vídeos *Youtube*. A seleção das matérias se deu por meio de uma verificação ponto a ponto (fim e começo) de cada matéria das edições. Foram selecionadas aquelas matérias que tratassem do tema das mudanças climáticas, de seus subtemas ou da COP-15. Como parâmetro para essa aferição, foram usadas as mesmas palavras-chave utilizadas nas pesquisas feitas nos motores de busca *online* da FSP (ver parágrafo acima). Além disso, só foram coletadas matérias que satisfizessem o mesmo critério de 100 palavras. Consequentemente, as chamadas e a escalada de abertura do *JN* não participaram da amostra de 21 matérias que compuseram o material que foi codificado e analisado do *JN*.

2. VARIÁVEIS FORMAIS AO NÍVEL DA MATÉRIA:

V.1 Título [TIT]

- Indicar o título da matéria. Em caso de telejornal, o título corresponde à primeira frase da matéria.

V.2 Identificação do documento da matéria [ID_DOC_M]

- JN001, JN002.... JNn: indica o documento correspondente à transcrição da matéria do Jornal Nacional.
- FSP001, FSP002.... FSPn: indica o documento correspondente à transcrição da matéria da Folha de São Paulo

V.3 Data (= dd:mm:aaaa) [DIA_M]

- Indicar a data de publicação da matéria

V.4: Visibilidade dos media [VIS_M]

2 = FSP

4 = JN

V.5: Gradiente de visibilidade [VIS_GRA]

1 – Baixa:

- Codificar como “baixa visibilidade” matérias de impresso *com 400 palavras ou menos* que não satisfazem nenhuma das condições dos outros níveis de visibilidade (ver abaixo)

2 – Média:

- Há quatro tipos de matérias que devem ser codificadas como de “média visibilidade”:

(a) Matérias de capa

(b) Matérias dentro dos cadernos que tenham sido referenciadas na capa do jornal.

(c) A matéria principal do caderno (editoria). A matéria principal do caderno corresponde à sua primeira matéria.

(d) Matérias *com mais de 400 palavras* que não satisfazem nenhuma das outras três condições acima.

3 – Alta

- Todas as matérias do *JN* devem ser codificadas como sendo de visibilidade alta.

99 – Incerto

999 – NSA

V.6 Extensão da matéria [EXT_M]

- Informar a quantidade de palavras que a matéria possui. Para efeito da contagem levar em conta as seguintes diretrizes:

Para jornal impresso (FSP):

- Incluir na contagem os seguintes elementos: corpo da matéria, subtítulos, título e também as legendas dos visuais (fotografias, infográficos, etc.). A atribuição de um visual a uma matéria no jornal impresso se dá a partir da análise da diagramação da página. Nesse caso, qualquer parte do texto da matéria (título, subtítulos e corpo) que estabelecer proximidade imediata com um visual, este deverá ser codificado como parte da matéria.
- Excluir da contagem: nome da cidade em que a matéria foi apurada e produzida e a identificação dos autores da matéria.

Para telejornais (JN):

- Contabilizar todas as palavras do texto transcrito.

V.7 Extensão do corpo da matéria [EXT_COR_M]

- Informar a quantidade de palavras que o corpo da matéria possui. Para jornais (a FSP), o corpo da matéria corresponde ao texto que vem logo em seguida ao título e subtítulo. Para telejornais (o JN), o corpo da matéria corresponde ao texto que vem logo em seguida à cabeça da matéria.

V.8 – Primeiro autor [AUTOR_1]

- Transcrever o nome do primeiro autor da matéria.

999 – Quando o autor não for indicado na matéria.

V.9 – Segundo autor [AUTOR_2]

- Transcrever o nome do segundo autor da matéria.

99 – Sem segundo autor

999 – Quando nenhum autor for indicado na matéria.

VARIÁVEIS FORMAIS APLICÁVEIS APENAS A JORNAL IMPRESSO (FSP)

V.10 Editoria [EDR]:

1. Política
2. Internacional
3. Ciência
4. Meio ambiente
5. Economia
6. Cultura
9. Outros
99. Incerto
999. NSA (telejornalismo)

V.11 Formato da matéria [FOR_M]

1 = Matérias factualmente orientadas

- Este tipo de matéria abrange notícias, reportagens, *info box* e perfis de indivíduos ou grupos, etc. Uma matéria factualmente orientada não representa o ponto de vista pessoal de seu autor ou autores e, portanto, exclui artigos de opinião, entrevistas, colunas assinadas, etc.

99 = Incerto

999 = NSA (telejornal)

VARIÁVEIS FORMAIS APLICÁVEIS APENAS A TELEJORNALISMO (JN)

V.12 Identificação do vídeo [ID_VDEO]

As 12 edições do JN estão divididas em 62 arquivos de vídeos. Codificar em qual vídeo a matéria em análise está localizada.

- Codificações possíveis: 1, 2, 3... 62

999 = NSA (Jornal impresso)

V.13 Tempo em que a matéria se inicia [TMP_INI]

- Informar o tempo exato em que a matéria se inicia no arquivo do vídeo: HH:MM:SS

999 – NSA (Jornal Impresso)

V.14 Nota coberta [NOTA_COB]:

- Codificar se a matéria possui nota coberta

1 = Sim

2 = Não

999 = NSA (Jornal Impresso)

V.15 Chamada ao vivo [VIVO]

- Codificar se matéria possui chamada ao vivo

1 = Sim

2 = Não

999 = NSA (Jornal Impresso)

V.16 Chamada de abertura [CHAMA_ABE]

- Codificar se matéria se encontra presente na chamada de abertura do telejornal.

1 = Sim

2 = Não

999 = NSA (Jornal Impresso)

3. VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DA MATÉRIA

3.1 SELEÇÃO (FATORES DE NOTICIABILIDADE)

Ao codificar as matérias em termos de fatores de noticiabilidade, levar em conta a *área de codificação*. Para isso: a codificação das variáveis relativas aos fatores de noticiabilidade deve se dar levando em conta apenas o título e as primeiras 90 palavras da reportagem (para jornais impresso), e as primeiras 100 palavras para transcrições de telejornal. Para jornais impressos, não levar em conta subtítulo, ou legendas de fotos, *apenas* título e as frases inteiras que existirem nas primeiras noventa palavras do primeiro parágrafo. O resto da matéria não deve ser lido e, portanto, não participa da área de codificação.

Caso a matéria apresente mais de um evento, ou um evento em diferentes níveis de abstração, deve-se julgar qual é o evento central. Apenas esse evento central deve ser levado em conta e, portanto, codificado. Caso não seja possível identificar o evento central mediante a existência de alguma palavra em destaque que abrange a temática da matéria em sua totalidade, então o evento central será o evento cuja disposição tome o maior número de palavras dentro da área de codificação.

No caso de existir dúvida quanto ao que deve ser codificado em relação a este evento central, seguir a indicação de que o nível mais alto é o que deve ser codificado. Isso quer dizer, que se a dúvida, por exemplo, for entre a opção 2 e 3, a última é que deve ser codificada.

Caso o título trate de um evento diferente do que no primeiro parágrafo, aplicar, de todo modo, a regra disposta acima.

➡ **Atenção:** Os jornalistas e suas respectivas ações devem ser ignorados para efeito da codificação. Essa regra se aplica especialmente ao telejornalismo, em que a chamada geralmente aponta ações dos jornalistas na produção da matéria. Em suma, a notícia é o que o jornalista cobre e não o que ele ou ela faz para cobrir o evento. Exemplo: ir a uma cidade, conversar com as fontes, etc.

V.17 Êxito/benefício [EXTB] (Eilders, 1997, p.307-308)

Aqui são codificadas notícias de fatos positivos, as chamadas “boas notícias”, pois indicam benefício ou sucesso. Por outro lado, êxito/sucesso não se trata do reforço psicológico de sensações positivas nos receptores (tais como o reforço de valores sociais apreciáveis, a atribuição coragem de alguém, etc.), mas considera as consequências em termos materiais e imateriais, assim como valores existenciais. Por valores materiais se deve considerar riqueza e propriedade, por valores imateriais deve se considerar êxitos políticos, realização pessoal, etc. A conservação de valores existenciais, por sua vez, abrange saúde, vida e liberdade.

A diferenciação dos níveis de êxito/benefício se orienta em torno da centralidade dos valores alcançados e de suas respectivas consequências.

Êxito/sucesso deve ser codificado na matéria a partir daqueles valores positivos que dela emergem e não das consequências positivas desencadeadas pelos acontecimentos que envolvem os sujeitos reportados na matéria e que são codificados na variável “Alcance” (ver abaixo). A variável êxito/sucesso deve funcionar assim, pois, de outro modo, a prisão de um criminoso (que é um fato positivo) haveria de ser codificada como “Insucesso”.

Declarações que *não* possuem o caráter de decisões não devem nunca ser codificadas sob esta variável, pois declarações desse tipo não possuem consequências nem envolvidos. No máximo, o que pode ser codificado é o conteúdo da declaração. Caso a declaração defenda um tema controverso, ela deve ser codificado como “0”. No caso dela se referir a temas de amplo consenso, tais como a proteção ambiental, então ela é codificado como “1”. Tendo a declaração o caráter de uma decisão anunciada (medidas de proteção ambiental sendo expandidas, por exemplo), então se deve codificar como (1), pois se trata aí de um fim valorizado (a proteção ambiental) com consequências positivas.

Quando um valor positivo não é explicitamente expresso, é ainda assim possível codificar a presença de êxito/sucesso desde que seja possível inferir algum de amplo consenso em relação à percepção dos fatos (tais como a proteção do ambiente, em geral, saúde, proteção animal, a paz, a criação de novos empregos, menos juro etc.) Quando a reportagem apresentar algum tipo de fato que não implica consenso social (como o aborto, a eutanásia, cidades sem carros, etc.), a codificação não deve ser êxito/sucesso nem fracasso/dano (ver variável adiante).

Êxito/sucesso pode ser também codificado como resultado de “nenhum dano”, desde que este seja explicitamente mencionado. Ademais, não importa se o êxito/sucesso já for um fato, ou apenas uma possibilidade a ocorrer no futuro.

Resultados eleitorais só poderão ser codificados como Benefício/sucesso quando o texto explicitamente indicar benefício. A simples menção à vitória de um candidato ou outro não é suficiente para garantir esse caráter explícito, pois não se pode pressupor apenas a partir disso que há uma valoração de suas consequências.

Indicadores para codificação: *progresso, desenvolvimento positivo, melhor, mais, vantagem, consenso*, e termos correspondentes. Na maioria das vezes, Benefício/sucesso é identificado sem a presença de tais indicadores.

0 nível mais baixo

- Sem êxito/sucesso ou assunto controverso.

1 nível baixo

- Êxito material ou imaterial (*ideeller*), tais como proteção de plantas / animais, a execução ou a preservação dos direitos de liberdade, vitória eleitoral, etc. Além disso, aplica-se também melhorias de curto prazo nas condições de vida (liberdade e saúde).

2 nível alto

- Melhorias em aspectos centrais das condições de vida: melhorias a longo prazo nas condições de vida (liberdade e saúde).

99 Incerto

999 NSA

➡ **Atenção:** Esta variável se contrasta com a variável “Insucesso/dano”. Numa matéria, deve-se optar se predominantemente há ali uma “notícia boa” ou “notícia ruim”. Tal escolha tem o caráter de ser mutuamente excludente. Ou seja, uma matéria não pode ser uma notícia boa (apontar benefício) e ruim (apontar insucesso) ao mesmo tempo. O máximo que pode acontecer é que ela não seja nem ruim nem boa. É o caso quando a matéria tratar de questões polêmicas, que não ganham amplo consenso na sociedade, tais como eutanásia, aborto, descriminalização das drogas, etc. Fora essa possibilidade, deve-se codificar se a notícia representa êxito ou insucesso. Evitar, portanto, sempre que possível codificar “0” para as duas variáveis para a mesma matéria.

V.18 Alcance [ALCA] (Eilders, 1997, p.306)

Alcance diz respeito ao número de pessoas que - podem ou realmente são - diretamente afetados/concernidas quando se leva em conta as consequências do evento que a matéria apresenta. Ou seja, não importa aqui se as pessoas já foram afetadas, se serão afetadas ou se podem vir a ser afetadas. O alcance desse evento deve ser mensurado em termos quantitativos, em função dos (possivelmente) *envolvidos* pelo evento, e não de seus participantes.

No caso de houver a identificação de mais de um grupo como envolvido, esses diferentes grupos devem ser agregados para efeitos do cálculo quantitativo. Os envolvidos não precisam ser explicitamente referenciados, mas devem ser diretamente apreendidos pelo texto presente na área de codificação e não deduzidos a partir da cadeia de consequências produzida pelo evento reportado. Por “trabalhadores da metalúrgica do Ceará cruzam os braços” está claro que os trabalhadores da metalúrgica cearense foram os concernidos pela paralisação e, portanto, os envolvidos. O desencadeamento desse fato e seus possíveis envolvidos não deve ser codificado, tais como os consumidores de geladeiras e de outros produtos dependentes da indústria metalúrgica, produtos esses que poderiam sofrer elevação dos preços com a greve e, assim, afetar os consumidores. Como chegar aos “consumidores” pressupõe de uma série de inferências e deduções, então *não* se deve codificá-los como dentro do alcance de envolvidos da matéria.

Uma série de deduções também ocorre quando nenhuma pessoa é nomeada na matéria, mas apenas instituições. Por exemplo: “Doações a partidos despencam”. Mesmo que pessoas individuais estejam envolvidas no evento em questão, não se pode determinar quem elas são e, portanto, não há indício para se codificar positivamente alcance de envolvidos.

➡ **Atenção:** No entanto, não considerar referências a países imediatamente como instituições. Deve-se verificar se a referência se refere aos representantes desses países (caso 1, com alcance nível 0 ou 1), às suas populações (caso 2, com alcance nível 3) ou, em caso de alcance tipo 0, a uma região territorial. Exemplo para caso 1: “os países ricos não aceitam aumentar as suas contribuições para o fundo do clima”. Exemplo para o caso 2: “as nações pobres irão ser as que irão mais sofrer com os efeitos da crise financeira internacional.” Para o caso 3: “O Nordeste brasileiro terá seca intensa no próximo ano.”.

Quando uma matéria apresentar uma declaração sem o caráter de uma decisão, em que, portanto, não há nenhuma consequência direta para potenciais envolvidos, então se deve codificar aqui a ausência de alcance (0). Isso implica que envolvidos se fazem presentes em uma matéria apenas quando uma ação concreta é reportada ou quando uma situação é descrita. Isso não significa que a ausência de alcance deva ser codificada apenas para declarações (*declaration acts*). Isso porque ações concretas e descrições de situações também podem vir a não explicitar envolvido algum.

Em matérias que reportarem algum tipo de manifestação ou protesto, os manifestantes devem ser considerados como os envolvidos e não aqueles que são alvo ou motivo do protesto. Sendo assim, quando se reportar que 100 ativistas protestaram em favor das populações das pequenas ilhas, os primeiros é que são os envolvidos e não os últimos.

No caso da área de codificação apresentar mais de dois grupos de envolvidos, todos devem ser contabilizados, independente de um grupo estar em maior destaque do que outro na área de codificação.

999 NSA

- O alcance de envolvidos não pode ser avaliado. Isso ocorre para o caso de descrição de situações, e matérias generalistas sobre consequências abstratas sem que se aponte envolvidos, tais como corrupção, desenvolvimento econômico, mudanças climáticas, etc.

0 Nível mais baixo

- Indivíduos são afetados/concernidos. Também pequenos grupos, como famílias, vítimas de um acidente de carro, etc.

1 Nível baixo

- Trata-se de grupos maiores, como os alunos de uma escola, frequentadores de uma exposição, os membros do parlamento, etc.

2 Nível alto

- Categorias sociais, como os estudantes, funcionários públicos, cidadãos de uma cidade, trabalhadores desempregados, imigrantes, etc.

3 Nível mais alto

- Trata-se da população de um país, do Brasil ou de outros países, a sociedade, etc.
Além disso todos os tipos de grupos que compreendem mais da metade da população nacional (mulheres, por exemplo).

99 Incerto

V. 19 Controvérsia [CONTROVER] (Eilders, 1997, p.303)

A controvérsia diz respeito ao contraste entre opiniões diferentes. Por favor, também codifique quando apenas uma opinião for apresentada desde que esta opinião levante um tema controverso, como aborto, pena de morte, a negação do aquecimento global, etc.

A opinião (controversa) não precisa necessariamente ser explicitamente citada como tal, caso seja possível inferir do contexto, ou quando puder ser considerada já conhecida (por exemplo "pessoas que se aposentam com menos de 50 anos são vagabundos" por FHC).

Indicadores para controvérsia: criticar, atacar, opor-se, em contraste, resistir, acusar, divergir, contrapor-se e expressões similares.

➡ **Atenção:** “Problema”, ou “processos criminais” não indicam, por si só, controvérsia. A controvérsia, para ser codificada, precisa ser tematizada. O mesmo vale para “conflito” ou “guerra”. Isso porque tais palavras podem ser usadas para se referirem a enquadramentos de amplo consenso sobre determinadas situações, as quais, apesar de se referirem a conflitos, são tratados sob um aspecto não controverso. É o caso, por exemplo, de uma notícia que cite o repúdio (unânime) ao massacre dos Carajás, sem que o fato mesmo do “massacre” seja tratado ou descrito ao longo da matéria.

Em caso de dúvida, codificar o nível mais alto de controvérsia. Por exemplo: “*Ontem a lei da ficha limpa foi aprovada... o STF foi provocado por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) e o presidente do tribunal disse que irá julgar a contenda com serenidade*”. Aqui codificar a contenda ligada à Adin como (2), ainda que a matéria se debruce em maior medida sobre o conteúdo da lei da ficha limpa e não em torno da controvérsia que gerou a Adin.

Desse modo, o nível mais alto da controvérsia deve ser codificado ainda que o evento referente a esse nível mais alto ocupe apenas uma parte secundária da área de codificação da matéria. Isso não significa que a controvérsia deva ser codificada meramente pela presença de palavras correspondentes aos indicadores de conflito. É preciso checar se a controvérsia é efetivamente tematizada (ver parágrafo acima).

0 Nível mais baixo

- Não foi possível encontrar controvérsia de modo significativo

1 Nível baixo

- Apenas desacordo verbal. Apresentação de perspectivas oposta. Também codificar quando votações, debates e discussões forem tratadas.

2 nível alto

- A controvérsia assume meios complementares de expressão: protestos, greve de fome, etc. Consequências da controvérsia são desenvolvidos. Atenção: votações e eleições não devem codificadas aqui.

3 Nível mais alto

- A controvérsia assume meios violentos de expressão, seja pela violência real ou por ameaça. Violência deve ser entendida como agressão a patrimônio ou a pessoas que não sejam através de atores que controlem o uso legítimo da força. Exemplos de violência: pequenas ou graves lesões corporais, privação de liberdade, danos patrimoniais, ameaças de morte, guerra civil, etc.

99 Incerto

999 NSA

V.20 Elites políticas/influência [INFLU] (Eilders, 1997, p.300)

Definição de influência: A influência que se refere ao poder político que uma instituição, grupo ou seu representante correspondente detém.

Podem ser codificados sob esta variável pessoas, grupos ou instituições, independentemente que eles sejam atores, declarantes, objetos de declaração ou envolvidos no evento reportado e também independente do fato de serem reportados em primeiro ou segundo plano na área de codificação da matéria. Para pessoas, também não importa se o nome da pessoa está identificado ou não. Exemplo: “O presidente da República se encontrou com líderes do G8 esta manhã.” Em caso de dúvida, se deve codificar o maior nível de influência.

999 NSA

- Quando não forem citados representantes ou indivíduos ligados a grupos ou a instituições. No lugar disso, a matéria apresenta uma linguagem impessoal, não atribuindo agência a um ator ou a agência está associadas a entes não codificáveis, tais como “a natureza reage à ação humana”, “os dados mostram que...”, “a economia acelerou”, “O CSF tem fronteiras epistemológicas..” etc.

0 Nível mais baixo

- Menções a pessoas ou instituições que têm influência comunitária (conselho pais, associações de bairro, etc.). Também devem ser codificadas aqui pessoas comuns, sem poder ou cargo político.

1 Nível baixo de influência

- Menções ao executivo local e às instituições legislativas, como o conselho da cidade, os tribunais locais e iniciativas políticas sem alcance nacional. Para pessoas individuais, um exemplo se refere a prefeitos de cidades que não sejam capitais de Estado.

2 Nível alto de influência

- Menções a grupos e instituições em nível estadual, como órgãos legislativos, executivos e judiciais, associações de defesa, universidades e instituições confessionais também. São igualmente válidas menções aos líderes/representantes

dessas instituições, o que inclui os líderes partidários de uma seção regional de um partido político, os representantes da seção regional de uma instituição nacional, etc.

3 nível mais alto de influência

- Menções a grupos e instituições, quer a nível nacional, quer a nível internacional, tais como órgãos legislativos, judiciário e executivo (o governo, ONU, UNFCCC, por exemplo), partidos políticos nacionais (PT, PSDB, etc.), e associações internacionais (Greenpeace, Anistia Internacional, por exemplo), sindicatos nacionais de trabalhadores (CUT, por exemplo), associações profissionais (OAB, por exemplo), associações científicas nacionais e internacionais (SBPC, IPCC, por exemplo) e confessionais também, como CNBB e Vaticano. Também são válidas menções aos líderes/representantes dessas instituições, o que inclui os líderes partidários, diretores, o presidente (Lula), ministros (Dilma, Carlos Minc, por exemplo) e secretariado da ONU / UNFCCC, etc.

99 Incerto

➡ **Atenção:** Em caso de dúvida, codificar o maior nível de influência. Exemplo:

Nas Filipinas, autoridades estimam mais de 10 mil mortos e 4.5 milhões de afetados

No trecho acima, não é possível saber ao certo se as autoridades são locais, regionais ou nacionais. Em tal situação, codificar então como (3).

➡ **Atenção:** Ex-políticos, assim como ex-administradores da máquina estatal são codificados como possuindo grau de influência correspondente ao último cargo exercido.

V.21 Proeminência [PROMI] (Eilders, 1997, p.302)

Definição de proeminência: Refere-se ao nível de fama que uma pessoa detém, independente do seu poder político.

Sob proeminência podem ser codificados todas as pessoas e grupos (de pessoas) independentemente se eles sejam atores, declarantes, objetos de declaração ou envolvidos no evento reportado e também independente do fato de serem reportados em primeiro ou segundo plano na área de codificação da matéria. Também aqui não importa se o nome da pessoa está identificado ou não. Exemplo: “O presidente da República se encontrou com líderes do G8 esta manhã.” No entanto, instituições isoladamente não codificáveis. Exemplo: “O governo brasileiro participou de cúpula do clima nesta semana”.

➡ **Atenção:** Em caso de dúvida, deve-se codificar o maior nível de proeminência.

➡ **Atenção:** Para grupo de pessoas, deve-se excluir todos aqueles casos em que não é possível saber o nome de cada um dos integrantes do grupo. Ou seja, grupos tais como “cientistas do painel da ONU”, “torcedores do Flamengo” não contam como grupos para efeito de codificação dessa variável, apenas grupos artísticos ou cujos nomes de seus integrantes possam ser facilmente dedutíveis, tais como grupos musicais. Exemplo:

A banda Titãs faz apresentação hoje em Salvador.

999 NSA

- Pessoas nem grupos de pessoas são citados área de codificação.

0 cidadão ordinário

- Cidadão sem proeminência, tais com cidadãos ordinários, pessoas desconhecidas ou que sejam personalidades apenas em círculos de especialistas. No entanto, codificar como “nível internacional de proeminência” cientistas que já ganharam o prêmio Nobel ou que estão sendo indicados para tanto.

1 Proeminência regional

- Pessoas que são proeminentes a nível regional por sua fama na política, esportes, cultura, entretenimento, etc. Como regra geral, aqui não são codificáveis pessoas ou grupos conhecidos no âmbito supra regional, mas no âmbito da mídia local.

2 Proeminência nacional

- Pessoas que são proeminentes a nível nacional por sua fama na política, esportes, cultura, entretenimento, etc. Como regra geral, aqui são codificáveis pessoas que são conhecidas nos *media* massivos e cuja notoriedade está circunscrita ao âmbito dos países em que se situam.

3 Proeminência internacional

- Pessoas que são proeminentes a nível internacional por sua fama na política, esportes, cultura, entretenimento, etc.

99 Incerto

➡ **Atenção:** Em caso de dúvida, codificar o nível mais alto. Além disso, na imensa maioria das vezes uma pessoa com alto nível de influência, também terá alto nível de proeminência. No entanto, a recíproca não é verdadeira, pois artistas e celebridades não gozam, na maioria das vezes, de influência política (em sentido direto, excluindo, portanto, a ideia de influência como “formador de opinião”).

➡ **Atenção:** Presidentes e ex-presidentes da república devem ser codificados como proeminência internacional.

V.22 Personalização [PERSO] (Eilders, 1997, Codebuch)

A personalização se caracteriza pela importância que pessoas recebem num evento. Quanto mais uma instituição ou grupo for destacado em contraste à pessoa, menor é o nível de personalização da matéria. A variável inclui identificar se a matéria apresenta a pessoa como um indivíduo, ou apenas como representante de uma determinada instituição, classe profissional ou como porta-voz de alguma instituição ou ainda se ela não recebe qualquer identificação (nome).

Nos casos em que forem apresentados na matéria tanto grupos/instituições/classes profissionais como pessoas, as credenciais das pessoas devem ser codificadas. Se houver mais de uma pessoa com credencial, codificar a de maior distinção.

0 Nível menor de personalização/ sem personalização

- Nenhuma pessoa é identificada, seja porque apenas grupos ou instituições aparecem, seja porque a matéria não apresenta nenhuma ação com agente (a exemplo de descrições de situações estáticas, reportagens sobre fenômenos naturais, etc.). Exemplos:

Fiéis se reúnem para celebrar a páscoa

Apresentação beneficente reúne milhares de pessoas em São Paulo

A ONU divulga seu novo relatório sobre mudanças climáticas esta manhã

1 Baixa personalização

- Pessoas são citadas nominalmente ou não, mas aparecem apenas como representantes ou porta-vozes das instituições para quais trabalham. Em primeiro plano, está o grupo, instituição, função social (o artista, a tenista, etc.) e não a pessoa. Exemplos:

O papa celebrou missa nesta manhã de páscoa.

O líder da banda irlandesa U2 fez apresentação beneficente para as vítimas do aquecimento global.

O taxista Alexandre de Sousa fala sobre os perigos de andar nas ruas de Fortaleza

2 Alta personalização

- A pessoa é nominalmente identificada e é apresentada, em maior medida, como indivíduo do que enquanto representante de uma instituição, grupo ou classe profissional. Perfis e entrevistas são sempre codificados nesse nível de personalização.

Exemplos:

Bento XVI celebrou missa nesta manhã de páscoa.

Bono fez apresentação beneficente para as vítimas do aquecimento global

Alexandre de Sousa fala sobre os perigos de andar nas ruas de Fortaleza

99 Incerto

999 NSA

➡ **Atenção:** Caso a pessoa seja identificada mais de uma vez na área de codificação de modo a se referir de maneira intercalada entre o nome da pessoa e a sua função (o ministro, a secretária, o presidente, o artista, a pianista, o taxista etc.), então aplicar o seguinte critério de desempate: contar as referências ao nome da pessoa e aos pronomes pessoais (ele, ela) e comparar com a soma das referências à sua função ou credencial correspondente. A maior frequência serve como indicador de diferenciação entre os níveis 1 e 2. Caso as somas sejam iguais, o critério passa a ser o de maior nível de personalização e, por último (caso ainda resida dúvida), a primeira referência. Ou seja, o que aparece primeiro: o nome da pessoa ou a especificação de sua função/credencial?

V.23 Insucesso/dano [DANO] (Eilders, 1997, p.308-309)

Aqui são codificadas notícias de fatos negativos, as chamadas “más notícias”. Não se trata, no entanto, de considerar o desânimo psicológico por parte dos receptores ou dos personagens da matéria (tais como a desestabilização de opiniões, medo, etc.), mas diz respeito às consequências relativas a danos materiais, ou perdas imateriais, assim como fracasso relativo a valores existenciais. Por danos materiais, considera-se danos a objetos e a propriedades (privadas ou públicas), por lesão a valores imateriais devem ser considerados fracassos políticos e pessoais. Dano a valores existenciais engloba doenças, morte, falta de liberdade, escravidão etc. A diferenciação dos níveis de Insucesso/dano se orienta em torno da centralidade dos valores afetados e de suas respectivas consequências.

Insucesso /dano deve ser codificado na matéria a partir daqueles valores negativos que dela emergem e não das consequências negativas desencadeadas pelos acontecimentos que envolvem os sujeitos reportados na matéria e que são codificados na variável “Alcance”. A variável Dano/Insucesso deve funcionar assim, pois, de outro modo, a fuga de um criminoso (que é um fato positivo para ele, mas que agride valores centrais da sociedade) haveria de ser codificada como “Sucesso”.

Quando um fato negativo não é explicitamente expresso, é ainda possível codificar a presença de insucesso/dano, desde que seja possível inferir qualquer tipo de consenso social em relação à percepção dos fatos (como guerras, violência, contaminação de recursos naturais e do meio ambiente, doenças, desemprego, etc.) Quando a reportagem apresenta algum tipo de fato que não implica consenso social sobre a sua avaliação (como o aborto, a eutanásia, cidades sem carros, etc.), ele é codificado nem como êxito/sucesso nem como insucesso/dano.

Declarações que não possuem o caráter de decisões não devem ser codificadas sob esta variável, pois declarações desse tipo não possuem consequências nem envolvidos. No máximo, o que pode ser codificado é o conteúdo da declaração. Caso a declaração defenda um tema controverso, ela deve ser codificado como “0”.

No caso dela se referir a um tema consensualmente bem aceito, tal como a proteção ambiental, então ela é codificado como “0”, já que aqui não se mencionou nem dano/fracasso ou algum objeto tido como consensualmente problemático. Tendo a declaração o caráter de uma decisão anunciada que penaliza ou age contra algum tema ou objeto consensualmente bem aceito (medidas de proteção ambiental sendo descumpridas, por exemplo), então se deve codificar como (1), pois se trata aí de um fim valorizado (a proteção ambiental) que está sendo prejudicado, recebendo, portanto, um dano.

Insucesso/dano pode ser também codificado como resultado de uma tentativa "sem sucesso", desde que esta seja explicitamente mencionada. No entanto, não é relevante se o sucesso/dano é um fato ou apenas especulativo.

Resultados eleitorais só poderão ser codificados como Insucesso/dano quando o texto explicitamente indicar que o resultado representa algo negativo. A simples menção à derrota de um candidato ou outro não é suficiente para garantir esse caráter explícito, pois não se pode pressupor apenas a partir disso que há uma valoração de suas consequências.

Indicadores para codificação: *retrocesso*, *piora*, *menos*, *desvantagem*, *dissenso*, *confusão* e termos correspondentes. Na maioria das vezes, Dano/Insucesso é identificado sem a presença de tais indicadores.

0 nível mais baixo

- Insucesso/dano não é mencionado. Tema controverso.

1 nível baixo

- Danos materiais (diminuição da qualidade de vida, perda de propriedade), imateriais e fracassos políticos, como a destruição de plantas / animais, aumento de desigualdade social, eleições (derrotas eleitorais em que se indicou explicitamente dano/insucesso), ou outros tipos de fracasso pessoal, tais como doenças não muito graves, ou encarceramento prisional.

2 nível alto

- Danos aos principais aspectos das condições de vida humana: a própria vida, doenças de longo prazo (câncer), falta de liberdade. Fracassos políticos de longo prazo (renúncia, mas não derrota eleitoral, pois esta é temporária).

99 Incerto

999 NSA

3.2 INFORMAÇÃO DE CONTEXTUALIZAÇÃO

As variáveis relativas à informação de contextualização foram apropriadas e adaptadas do livro de código desenvolvido por Wessler et al, de 2013, com exceção da última variável (Extensão do Protocolo de Kyoto).

A principal adaptação se refere ao nível em que as variáveis são operacionalizadas. Enquanto, no livro de códigos "Eventos de mídia sustentáveis?", as variáveis são operacionalizadas ao nível da declaração (*actor statement level*), aqui elas estão sendo operacionalizadas ao nível da matéria. Ademais, algumas das variáveis foram adaptadas de modo a tornar a codificação mais simples. Isso se deu especialmente nas variáveis concernentes às soluções (3.2.3). Aí as opções de codificação em relação ao posicionamento com relação a cada solução (se a favor ou contra) foram removidas. Desse modo, a codificação se orientou na simples identificação da presença de menção às soluções.

3.2.1 CONSEQUÊNCIAS

V.24 Aumento de temperatura [TEMP_AU] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar um aumento de temperatura. Por favor, também codificar quando o aumento da temperatura (como consequência mensurável ou condição de mudança climática) estiver sendo identificado como causa de outros fenômenos (por exemplo, o derretimento das geleiras). Exemplo:

A maioria dos cientistas prevê que o aquecimento global está aumentando ...

V.25 Tempo extremo [TEP_EXTR] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar condições meteorológicas extremas ou qualquer tipo de desastre natural, como inundações, secas, tempestades, chuvas fortes, deslizamentos de terra, etc. Por favor, também codifique quando condições meteorológicas extremas for identificadas como causadora de outros fenômenos (por exemplo, a migração forçada de pessoas).

V.26 Derretimento de geleiras/ aumento do nível dos mares [DERT] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

Exemplo: *Pequenos Estados insulares estão caminhando para o desaparecimento certo quando consideramos a velocidade com que as geleiras estão derretendo*

- Codificar para o exemplo acima também a variável 29, ou seja, outras consequências sociais (perda de áreas habitáveis)

V.27 Oportunidades econômicas devido ao problema [ECONM_ME] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar oportunidades econômicas devido ao aquecimento global e outros efeitos das alterações climáticas, por exemplo, as mudanças no turismo, abertura de novas rotas de comércio, ou o surgimento de terra arável. Exemplo:

A mudança climática vai fornecer novas terras aráveis ...

V.28 Dificuldades e perdas econômicas devido ao problema [ECONM_PI] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar dificuldades ou perdas econômicas devido ao aquecimento global ou outros efeitos das alterações climáticas, por exemplo, os custos de reparação dos danos, custos das políticas de adaptação, etc. Exemplo:

[A mudança climática] é uma ameaça para o desenvolvimento e a paz...

V.29 Outras consequências sociais [CONS_OU] (Wessler et al, 2013):

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar um ou mais das seguintes consequência:
- migração de pessoas / perda áreas habitáveis
- aumento de doenças,
- aumento da mortalidade, e / ou

- aumento dos conflitos violentos / guerra.

V.30 Menção a escopo das consequências [CONS] (Wessler et al, 2013):

0 Ausente

1 Presente

V.31 Escopo das consequências [CONS_ESC] (Wessler et al, 2013):

Qual é o escopo geográfico das consequências mencionadas? Se a matéria mencionar mais de uma consequência das alterações climáticas, com diferentes âmbitos geográficos, apenas o maior escopo é codificado, por exemplo, quando um ator na matéria menciona consequências para um país, mas também se refere a impactos globais, codificar como '1 – Consequências globais

1 Consequências globais

- Codificar esta opção quando a matéria mencionar explicitamente as consequências que afetam o mundo inteiro usando termos como 'mundial', 'terra' ou 'humanidade'.

2 Consequências regionais, nacionais ou locais

- Codificar esta opção quando a matéria mencionar consequências do aquecimento global afetando uma área do mundo explicitamente mencionada.

3 Outro âmbito de consequências

- Codificar esta opção quando a matéria mencionar consequências, mas a referência topográfica não se aplicar às descrições acima descrita, for ambígua ou incerta.

999 NSA

3.2.2 CAUSAS

V.32 Queima de combustíveis fósseis / emissões de gases-estufa [EMISS] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar a (quantidade de) queima de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo, ou gás metano ou quando houver referência às (ou à quantidade de) emissões de gases de efeito estufa em geral.

➡ **Atenção:** Não codificar como causa para a mudança climática quando apenas a redução (ou abrandamento do aumento) das emissões de gases de efeito estufa for mencionado (por exemplo, "cortes de emissões mais profundas são necessárias"), nestes casos, por favor, codificar a variável V042 - Energia limpa.

V.33 Desflorestamento [DEFLO] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria se referir ao desmatamento, tais como (mas não exclusivamente) a destruição das florestas tropicais.

V.34 Colisão de interesses nacionais [COL_NAC] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar interesses nacionais em disputa - tanto políticos como econômico - como a causa da continuação da mudança climática. Exemplos:

Esta é a terceira vez que esta conferência foi sequestrada pelo ping-pong dos EUA e da China ...

O que realmente está em jogo aqui é a política na escala mais ampla, as relações entre a Europa, os Estados Unidos, Canadá, Japão e três potências emergentes: China, Índia e Brasil.

V.35 Outra causa [CAUS_OU] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

V.36 Menção a um país culpado pelo problema [CULPA_M1]

0 Ausente

1 Presente

V.37 1º País mencionado como culpado pelo problema [CULPA1]

- Codificar quando a matéria mencionar explicitamente quais países ou grupos de países são responsáveis por causar o aquecimento global devido às suas emissões de gases de efeito estufa. Por exemplo, quando países forem identificados como ‘maiores emissores de gases de efeito estufa’. Até três países ou grupos de países podem ser codificados.
- Utilizar o mesmo menu de opções da variável [OGEM_AG]

V.38 Menção a segundo país culpado [CULPA_M2]

0 Ausente

1 Presente

V.39 2º País mencionado como culpado pelo problema [CULPA2]

- Utilizar as mesmas diretrizes da variável 37 [CULPA1]

V.40 Menção a 3º país culpado [CULPA_M3]

0 Ausente

1 Presente

V.41 3º País mencionado como culpado pelo problema [CULPA3]

- Utilizar as mesmas diretrizes da variável 37 [CULPA1]

3.2.3 SOLUÇÕES

Existe, na matéria, menção a propostas ou medidas com o objetivo de evitar ou solucionar o problema? Essa menção pode se referir a ações que ainda não foram tomadas (uma chamada para ação) ou a medidas já aplicadas, mas que são consideradas ineficientes ou mesmo medidas prejudiciais para se combater o aquecimento global. Deste modo, codificar este tipo de menção na matéria quando ela for de caráter explícito.

V.42 Energia limpa [ENER_REN] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar explicitamente um dos seguintes aspectos relativos à política energética: redução das emissões de gases de efeito estufa, uso de

fontes renováveis de energia (por exemplo, energia solar, energia eólica ou de biomassa), eficiência energética e conversa (por exemplo, transportes sustentáveis, como carros biocombustível ou hidrogênio, planejamento urbano, arquitetura sustentável, eliminação do metano de resíduos, reciclagem, etc. Exemplos:

No fim das contas, o que leva a redução de emissões é de política nacional, não metas internacionais

Nova Deli já iniciou uma série de medidas favoráveis ao meio ambiente, o mais notável entre eles é sua política de energia solar ambiciosa.

V.43 Reflorestamento ou desflorestamento evitado [REFL] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar qualquer tipo de atividade de reflorestamento, esforços para proteger as florestas, tais como as florestas tropicais. Exemplo:

Isso trará [...] embelezamento de ruas e parques, o que inclui planos para o plantio de 10.000 árvores por ano.

V.44 Mudanças na produção agrícola [AGRI] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quando a matéria mencionar adaptação na agricultura, a exemplo da plantação de variedades de culturas tolerantes à seca ou controle da erosão por meio de plantio de árvores. Exemplo:

A resposta inteligente é melhorar a forma como os seres humanos produzem alimentos através da aplicação de técnicas agrícolas cada vez mais eficientes de forma mais ampla.

V.45 Novo acordo legalmente vinculante [NOVO_AC] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

Exemplo1: Seu objetivo era levar a COP-17 a agir - na forma de um acordo que irá forçar os países a reduzir suas emissões de carbono

Exemplo2: Os negociadores chineses levantaram, no fim de semana, a possibilidade de negociar um pacto climático com força legal nas conversações da ONU na África do Sul, mas eles estabeleceram exigências rigorosas.

V.46 Assistência financeira a países mais pobres [REM_FIN] (Wessler et al, 2013)

0 Ausente

1 Presente

Exemplo: Ele disse que havia uma necessidade de iniciar o Fundo Verde para o Clima.

V.47 Menção a 1º país responsável por solucionar o problema [RESP_M1]

0 Ausente

1 Presente

- Codificar quais países estão sendo considerados responsáveis por resolver o problema do aquecimento global, reduzindo (ou pelo menos retardando o crescimento de) suas emissões de gases de efeito estufa. Até três países podem ser codificados. Exemplo:

Para o Greenpeace, a medida mostra que a EPA pode ter papel crucial contra a catástrofe climática. Eles esperam que Obama apresente metas de redução de emissões mais audaciosas em Copenhague.

No exemplo acima, Obama está sendo convocado a tomar medidas para reduzir emissões. Codificar como “1 presente” para esta variável e para a seguinte “185 EUA”.

V.48 1º País apontado como responsável por solucionar o problema [RESP1] (Wessler et al, 2013)

- Utilizar o mesmo menu de opções da variável [OGEM_AG]

V.49 Menção a 2º país responsável por solucionar o problema [RESP_M2]

0 Ausente

1 Presente

V.50 2º País apontado como responsável por solucionar o problema [RESP2] (Wessler et al, 2013)

- Utilizar o mesmo menu de opções da variável [OGEM_AG]

V.51 Menção a 3º responsável pela país solução [RESP_M3]

0 Ausente

1 Presente

V.52 3º País apontado como responsável por solucionar o problema [RESP3] (Wessler et al, 2013)

- Utilizar o mesmo menu de opções da variável [OGEM_AG]

V.53 Menção à COP atual [COP15_M]

0 Ausente

1 Presente

Exemplo: A cúpula da ONU em Copenhague, que começou há uma semana, está programada para terminar na sexta-feira, quando mais de 100 líderes mundiais estarão presentes em um esforço para chegar a um novo tratado global sobre mudança climática.

V.54 COP atual [COP15] (Wessler et al, 2013, p.24-5 [COPREF], opção 17)

17 - 2009: COP-15/MOP 5, Copenhague

V.55 Menção a COP passada [COP_ANT_M]

0 Ausente

1 Presente

- Observar que as referências às COPs se dão, muitas vezes, pela simples menção à cidade em que ela ocorreu, por exemplo, 'Kyoto' ou 'Copenhague'. Se tal menção é ou não uma referência à COP, isso tem de ser inferido a partir do conteúdo. Exemplo:

Ontem, o chefe do painel, o indiano Rajendra Pachauri, abordou o tema na abertura da conferência do clima em Copenhague, cujo propósito é um compromisso para reduzir as emissões de gases-estufa que amplie e prolongue o Protocolo de Kyoto (1997) e freie o aquecimento.

V.56 COPs passadas [COP_ANT] (Wessler et al, 2013, p.24-5 [COPREF], opções 1 a 16)

1 COPs anteriores em geral

2 1995: COP 1, o Mandato de Berlim

3 1996: COP 2, Genebra, Suíça

4 1997: COP 3, o Protocolo de Kyoto sobre Mudanças Climáticas

5 1998: COP 4, Buenos Aires, Argentina

6 1999: COP 5, Bonn, Alemanha

7 2000: COP 6, Haia, Holanda

8 2001: COP 6, Bonn, Alemanha

- 9 2001: COP 7, Marrakech, Marrocos
- 10 2002: COP 8, Nova Deli, Índia
- 11 2003: COP 9, Milão, Itália
- 12 2004: COP 10, em Buenos Aires, Argentina
- 13 2005: COP 11/MOP 1, Montreal, Canadá
- 14 2006: COP 12/MOP 2, Nairobi, Quênia
- 15, 2007: COP 13/MOP 3, Bali, Indonésia
- 16 2008: COP 14/MOP 4, Poznań, na Polônia

Exemplo: Uma das opções é suspender o encontro e reiniciá-lo em algum momento do ano que vem, coisa que já aconteceu durante discussões em Haia (Holanda) no ano 2000.

Codificar o exemplo acima como “7 2000: COP 6, Haia, Holanda”.

V.57 Menção a próxima COP [CAN_M]

0 Ausente

1 Presente

Exemplo: “A próxima COP está marcada para dezembro de 2010 no México.”

Codificar matéria do exemplo acima como “1 presente”

V.58 Próxima COP [CAN] (Wessler et al, 2013, p.24-5 [COPREF], opção 18)

18 2010: COP 16/CMP 6, Cancún, México

V.59 Extensão do Protocolo de Kyoto [EXT_PK]

0 Ausente

1 Presente

- Codificar matéria que mencionar a extensão do Protocolo de Kyoto. Exemplo:

Países como EUA, Japão, Canadá, Austrália e Nova Zelândia não aceitam continuar com o Protocolo de Kioto — único mecanismo que força países industrializados a cortar emissões de gases-estufa — porque ele não inclui os emergentes

Codificar o exemplo acima como “1 presente”.

3.3 TRADUÇÃO

Sobre a área de codificação das variáveis que compõem tradução: as variáveis em tela devem ser mensuradas a partir do corpo da matéria, pois os títulos, subtítulos e legendas são marcas típicas de impresso e, portanto, tendem a criar uma elevação do número de substantivos em relação aos telejornais. Desse modo, título, subtítulo e legendas não participam da área de codificação, apenas o corpo da matéria.

3.3.1 LINGUAGEM ORDINÁRIA

V.60 Explicação de termos especializados, abreviações ou siglas [EXPL]

A presente variável se volta a quantificar o número de termos especializados, abreviações e siglas que são explicadas no corpo da matéria.

Para chegar a essa quantidade, as seguintes orientações devem ser observadas:

- Termos especializados se definem por léxico proveniente de línguas estrangeiras ou por termos provenientes campos de expertise. Exemplos:

“pH”, “hardware”, teste qui-quadrado, covariância.

Em caso de dúvida, confirmar se um termo é especializado utilizando o dicionário online Priberam. Exemplo utilizando o termo covariância:

[Estatística] *Em estatística, média dos produtos dos termos homólogos de duas variáveis centradas.*

"covariância", em Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/covari%C3%A2ncia> [consultado em 28-11-2013].

No exemplo acima, o dicionário claramente classifica o termo como pertencente a uma área de expertise (estatística).

- Termos estrangeiros que não obtiverem tradução devem ser considerados como termos especializados nas seguintes situações: substantivos comuns, obras artísticas, restringindo-se a filmes, exposições e títulos de livros e exclui obras musicais. Estas, portanto, não devem ser contabilizadas. Cidades, países e instituições que contiverem versão portuguesa em uso, mas que estiverem em língua estrangeira também são

considerados como termos especializados. Exemplos: *New York, United Nations*. Nomes próprios de pessoas *não* são considerados como termos especializados, mesmo que os nomes em língua estrangeira possuam correspondente na língua portuguesa.

- Para termos especializados, mesmo que a explicação esteja disponível no texto, é necessário que ela esteja explicitamente relacionada à expressão para que ela possa ser codificada como explicação de termo especializado. De outro modo, codifique como menção a termo especializado sem explicação (ver variável adiante).
- Abreviações se definem pelo encurtamento de expressões ou conceitos e tendem a ocorrer com frequência em áreas especializadas de conhecimento e de documentos técnicos. Para efeito dessa pesquisa, também pode abranger fórmulas químicas. Exemplo:

Co2 (fórmula para o gás carbônico)

- Siglas também se definem pelo encurtamento de nomes próprios de modo a formar um vocábulo com as letras ou sílabas de um conjunto de palavras. Exemplos:

UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change, em português: Convenção-quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas).

- Para a quantificação de siglas ou abreviações com explicação, observar a seguinte diretriz: se o nome extenso da sigla ou abreviação estiver disponível imediatamente a ela, computar a ocorrência para efeito da quantificação. Mas se a explicação não estiver em imediato contato com a sigla ou abreviação, mas em alguma outra parte do corpo da matéria, a ocorrência não deve computada nesta variável *nem* nas variáveis [SIGLAS] e [TESP] (ver variáveis adiante).
- Outra forma de gerar explicação de léxico especializado se dá pela sua substituição a termos alternativos (presumidamente mais compreensíveis). A codificação, para este caso, deve ocorrer quando essa substituição for tornada explícita pelo texto jornalístico, no qual “o vocábulo especializado é frequentemente apresentado em aspas invertidas ou em itálico, assim como daquilo que diverge da linguagem geral” (GOTTI, 2005, p.211). Ao lado dessas marcas, deve-se confirmar a codificação mediante a identificação de conjunções como “ou”, “mais conhecido como”, “assim chamada”, “ou tecnicamente denominada de” (ibidem, p.212).

V. 61 Referência a emoções [R_EMO]:

- Contabilizar todas as referências a emoções, seja na forma de adjetivos, verbos, substantivos ou advérbios. Contabilizar a referência sempre que aparecer, inclusive quando já tiver sido referenciada em outra parte do texto. Exemplos:

As pessoas estão aqui para negociar", disse De Boer em entrevista coletiva ontem, na qual celebrou a decisão de Obama ("É importante ele ouvir as preocupações dos pequenos países insulares e dos países em desenvolvimento")

VERBALIZAÇÃO E NOMINALIZAÇÃO:

As variáveis referentes à verbalização e à nominalização são codificadas a partir de uma área de codificação mais restrita do que as demais variáveis que compõe tradução. O número máximo de palavras levadas em conta são, no máximo, as 100 primeiras palavras do corpo da matéria (após cabeça da matéria ou título, subtítulos e legendas). O número de palavras deve ser o mais próximo de 100 desde que inclua apenas frases inteiras. Caso a primeira frase da matéria possua mais de 100 palavras, fazer a contagem com o universo exato das primeiras 100 palavras.

Atenção: Após a contagem das ocorrências de cada variável, deve-se dividir seu valor pelo número de palavras da área de codificação.

V.62 Verbalização [VERBZ]:

- Todos os verbos devem ser contabilizados para efeito do cálculo, excetuando-se aqueles no particípio, uma vez que eles se confundem com adjetivos. Ver exemplos sublinhados abaixo para essas exceções:

Os e-mails de climatologistas vazados de uma universidade britânica no mês passado, usados por céticos como indício de que as provas da culpa do homem no aquecimento global foram forjadas, tumultuaram ontem o terceiro dia de reunião do bloco dos países em desenvolvimento, o G77+China.

No exemplo acima, os seguintes verbos são considerados válidos e, portanto, devem ser contabilizados: “foram” e “tumultuaram”.

- Verbos em sequência devem ser codificados como um único verbo desde que um deles apenas module o tempo verbal do outro, ou indique condição de possibilidade (verbo poder). Exemplos sublinhados abaixo:

Embora a cúpula do clima tenha começado ontem, a delegação chefiada pela ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) só define hoje em que termos se dará a participação brasileira em Copenhague.

Mas um sucesso o encontro que vai até o próximo dia 18 já pode contar: o de público.

Nos exemplos acima, “tenha começado” e “pode contar” equivalem cada uma a uma ocorrência. Para o primeiro exemplo, pode-se identificar, então, o total de 3 ocorrências: “tenha começado”; “define” e “se dará”. O segundo exemplo tem duas ocorrências “vai” e “pode contar”.

3.3.2 LINGUAGEM ESPECIALIZADA

V.63 Nominalização [NOMZ]:

- Todos os substantivos devem ser contabilizados como um único substantivo, excetuando-se nomes compostos sem preposição e nomes próprios, os quais, apesar de terem frequentemente mais de um substantivo, devem ser contabilizados como apenas uma ocorrência. Exemplos dessas exceções estão sublinhados abaixo:

Existe um racha no comando da delegação que representará o Brasil na conferência do clima, em Copenhague, e o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) insistirá que o país defenda um limite global para a emissão de gases de efeito estufa, além de um monitoramento melhor da quantidade de carbono lançada pelo país na atmosfera.

No exemplo acima “Carlos Minc” e “Meio Ambiente” são nomes próprios e podem ser facilmente identificados mediante a letra maiúscula inicial de cada palavra integrante do nome próprio. O substantivo composto sem preposição “efeito estufa” também deve ser contabilizado como uma ocorrência para substantivo. Ao todo, o exemplo acima possui 20 ocorrências para substantivos, sendo eles: *racha, comando, delegação, Brasil, conferência, clima, Copenhague, ministro, Carlo Minc, Meio Ambiente, país, limite, emissão, gases, efeito estufa, monitoramento, quantidade, carbono, país, atmosfera.*

V.64 Siglas sem explicação [SIGLAS]:

- Toda vez que uma sigla for citada sem a respectiva explicação, contabilizar uma ocorrência para a presente variável. Exemplo para sigla sem explicação:

Não foi à toa que Michael Cutajar, do grupo de trabalho de Ações Cooperativas de Longo Prazo, chamou a COP-15 de "maior show da Terra".

- Mesmo que uma sigla for citada sem explicação diversas vezes no texto, por favor codifique apenas uma vez a ocorrência.
- Para a definição de siglas e regras complementares de codificação, ver variável acima [EXPL].

V.65 Abreviações e termos especializados sem explicação [TESP]:

- Toda vez que um termo especializado ou abreviação for citada sem a respectiva explicação, contabilizar uma ocorrência para a presente variável. Exemplo para sigla abreviações e termos especializados sem explicação:

O Brasil propôs um desvio de até 39% do que seriam as emissões em 2020, e a China e a Índia preferiam anunciar a redução da intensidade de Co2 na economia.

- Mesmo que uma abreviação ou termos especializado for citada sem explicação diversas vezes no texto, por favor codifique apenas uma vez a ocorrência.
- Para a definição de siglas e regras complementares de codificação, ver variável acima [EXPL].

3.4 DRAMATIZAÇÃO

As variáveis dessa dimensão analítica se dividem em dois grupos de narratemas: (1) detalhamento da ação e (2) personagens. Enquanto o primeiro especifica os narratemas referentes às dimensões espaçotemporais, de agência e causalidade da ação (i.e. narrativos), a segunda identifica os narratemas dramáticos por excelência, que são a saber: a existência de emoção e conflito associados a personagens que assumem papéis contrastantes e moralmente identificáveis (vítimas, vilões e heróis).

3.4.1 DETALHAMENTO DA AÇÃO

A área de codificação das variáveis que detalham a ação começam pelo corpo da matéria, pois enquanto as ações contidas no título, subtítulo e nas chamadas antecipam ações e fatos que serão detalhados logo em seguida, o corpo da matéria é que efetivamente se volta para a ação de narrar. Por isso, faz-se oportuno começar a codificação no corpo da matéria, o que privilegia a captura da narrativização em seu espaço por excelência.

Figura 24 – Esquema de narratemas para a codificação de dramatização



Fonte: Elaborado pelo autor

Para fins de codificação do presente grupo de variáveis, observar, ademais, as seguintes indicações:

- Identificar as duas primeiras orações que possuem uma ação com actante. Uma ação com actante é considerada, assim, o elemento narrativo mínimo a partir do qual as

demais variáveis que detalham a ação devem ser codificadas. De modo a ilustrar a centralidade desse composto narrativo mínimo, observar a figura 24.

- Codificar as duas orações identificadas com o composto narrativo mínimo para todas as respectivas variáveis deste grupo, que são, a saber:

Para a 1ª oração: AA1 (1ª oração com ação + actante); AA01 (1ª oração com ação + actante + objeto); AAT1 (1ª oração com ação + actante + tempo); AAE1 (1ª oração com ação + actante + espaço).

Para a 2ª oração: AA2 (2ª oração com ação + actante); AA02 (2ª oração com ação + actante + objeto); AAT2 (2ª oração com ação + actante + tempo); AAE2 (2ª oração com ação + actante + espaço).

- Como identificar uma ação? Para se identificar uma ação válida, utilizar como referência as definições pela escala de facticidade indicadas por Eilders (1997, p.298). Tomando como referência a referida escala, o critério para se aferir se uma sentença possui uma ação válida se dá mediante o seguinte procedimento: verificar se o verbo da sentença corresponde a um dos níveis de factualidade que designa transformação de uma situação. A escala de intensidade elaborada por Eilders vai de 0 a 3. Nessa escala, 0 indica uma situação estática, 1 uma ação abstrata, 2 uma ação declarativa e 3 indica uma ação concreta. O critério deste livro de códigos estabelece que qualquer verbo de uma sentença que corresponder a um nível suficiente de mudança de situação é considerado válido. Como resultado apenas o nível 0 (situação estática) da escala em tela indica verbos que não são considerados válidos para designar ação. Isso porque a pergunta decisiva aqui é: o nível de factualidade do verbo da sentença sugere que algo se movimenta, que algo se modifica? De acordo com a própria definição do nível 0, a resposta a essa pergunta é negativa. Para efeito das respostas positivas (de 1 a 3 na escala em tela) não importa se o evento designado pelo verbo é apenas uma conjectura ou esteja previsto a ocorrer no futuro. De modo a esclarecer cada tipo de ação e seus respectivos verbos, observar os exemplos abaixo:

- (1) Situação estática: *Não houve acordo na conferência do clima*
- (2) Ação abstrata: *O aquecimento global acelerou no ano passado mais do que o previsto.*
- (3) Ação Declarativa: *O relatório indica que o país está em déficit com os compromissos assumidos na última reunião da ONU*

- (4) Ação concreta: Os cientistas do IPCC chegaram ao nível de 95% de confiança de que as atividades humanas aceleram as mudanças climáticas.

A ação concreta se refere, desse modo, a ações dinâmicas, em que se sugere que algo se modifica, ou se movimenta, e cujo sujeito é animado, tais como indivíduos, animais, instituições ou grupos, excluindo-se, portanto, objetos por excelência, coisas inanimadas, e incapazes de manifestar vontade ou desejos, tais como fenômenos naturais, objetos manipuláveis, etc. Uma declaração também indica ações dinâmicas com sujeito animado já que pressupõe que alguém age dando uma declaração, um comunicado etc.

A ação abstrata, por sua vez, refere-se a ações dinâmicas, em que se sugere que algo se modifica, ou se movimenta, e cujo sujeito é inanimado, tais como fenômenos naturais, objetos manipuláveis, etc. A situação estática, por fim, é o único nível de facticidade que não indica qualquer mudança na situação e que, portanto, é viabilizada por verbos que não indicam ações consideradas válidas para a presente variável. Indicadores para situações estáticas são sentenças com verbos “ser”, “ter” e “existir”. Exemplos:

Patagones é uma região cheia de constates.

O Brasil tem o maior rebanho comercial do mundo.

O país continua como há 30 anos.

Observar que o elemento decisivo para aferir a diferença entre os diferentes tipos de ação reside nos verbos das sentenças e da pessoa utilizada para narrar o evento. Desse modo, a simples alteração do verbo ou de como a frase é formulada pode implicar em mudança no tipo de ação. Tomando o último exemplo de ação concreta citado acima, é possível convertê-lo tanto em ação estática, abstrata e em declaração apenas transformado as formas verbais das sentenças. Observar abaixo essa transformação:

- (1) Situação estática: *Existe* 95% de confiança entre os cientistas do IPCC acerca da influência das atividades humanas na aceleração das mudanças climáticas.
 - (2) Abstrata: *Atividades humanas aceleram as mudanças climáticas.*
 - (3) Declarativa: *Os cientistas do IPCC irão anunciar, em seu quarto relatório, que há 95% de confiança da influência das atividades humanas nas mudanças climáticas.*
- Como se identificar o actante e objeto de uma ação? O actante e o objeto de uma ação correspondem ao conjunto completo de entes que recebe ou realiza a ação. Enquanto o actante a produz, o objeto é seu alvo.

- O actante e o objeto de uma ação correspondem ao conjunto completo de entes que recebe ou realiza a ação, incluindo aí os sinônimos ou termos equivalentes que forem utilizados na matéria. Sendo assim, caso um ente narrativo (que pode ser tanto o actante quanto o objeto) for mencionado em uma sentença como “países da África” e, em sentença posterior, como “países africanos”, deve-se tratar os dois termos como sendo o mesmo ente. No entanto, observar que um mesmo ente pode assumir a forma de actante em uma sentença e a forma de objeto em outra e vice-versa. Ademais, deve-se compreender os entes de uma ação em sua integridade, contendo, portanto, todos os elementos expressos em uma oração. Sendo assim quando um actante ou objeto de uma ação for definido como “Brasil e China”, este conjunto em sua totalidade forma o ente, sem que apenas parte dele possa ser considerado como equivalente ou sinônimo. Desse modo, se, em trecho seguinte, uma ação tiver sido produzida por apenas um dos entes (apenas pelo Brasil, por exemplo), então se deve considerar este como um novo actante e não um equivalente a “Brasil e China”. O mesmo procedimento vale para o objeto.

V.66 1ª oração com Ação + actante [AA1]

0 Ausente

1 Presente

- Utilizando as definições e procedimentos dispostos acima, codificar esta variável em acordo com as opções acima. Exemplo de uma oração com ação + actante (1 Presente):

Gore was one of the key players in sealing the deal in last-minute negotiations in the Japanese city in December 1997

No exemplo, a ação é “fechar” [o acordo] e o actante correspondente é “Al Gore”.

Exemplo de uma oração com ação, mas sem actante (0 Ausente):

The UN summit in Copenhagen is scheduled to conclude on Friday.

No exemplo, a ação é “agendar” [a cúpula da ONU], mas não há actante presente. Quem agendou a cúpula? Não há informação na oração nesse sentido.

➡ **Atenção:** Codificar esta variável como “0 ausente” apenas se o corpo da matéria não conter nenhuma oração com ação + actante. Via de regra, esta variável deve encontrar a primeira oração da matéria com o composto narrativo mínimo em tela e apenas as variáveis seguintes é que poderão eventualmente ser codificadas sob a opção “0 ausente”.

V.67 1ª oração com Ação + actante + objeto [AAO1]

1 Presente

0 Ausente

Utilizando as definições e procedimentos na parte introdutória desta seção, codificar esta variável em acordo com as seguintes opções e diretrizes complementares:

- O objeto de uma ação deve ser correspondente ao tipo de verbo que indica a ação. Se o verbo for transitivo direto, o objeto deve ser um objeto direto (caso 1). Caso o verbo seja transitivo indireto, o objeto deve ser um objeto indireto (caso 2). Orações subordinadas também podem cumprir a função de objeto (caso 3). Se o verbo for intransitivo, por favor codificar como “ausente 0” (caso 4). Se o verbo puder assumir tanto formas transitivas, como intransitivas de objeto, então o objeto pode se referir tanto ao objeto direto quanto ao indireto (caso 5). Para verificar a transitividade dos verbos, consultar o dicionário online Priberam <http://www.priberam.pt/>. Exemplos:

Caso 1/Exemplo 1: O "New York Times", também voltado a Copenhague, destacava o inédito aparato de segurança.

No exemplo acima, o objeto da ação “destacar” é “o inédito aparato de segurança”. A oração deve ser, portanto, codificada sob a opção “1 presente”.

Caso 1/ Exemplo 2: Com a cidade lotada, os quartos de hotel que restam inflacionaram, e os moradores locais estão engordando o orçamento oferecendo suas casas.

No trecho acima, a ação “inflacionar” (um verbo transitivo) está sem objeto. Portanto, deve-se codificar a oração do exemplo acima como “0 ausente”.

Caso 2: Exemplo 1: Os sinais de recuo nos compromissos de corte nas emissões de países desenvolvidos e tentativas de dividir o bloco dos países em desenvolvimento monopolizaram a reunião de ontem da cúpula da delegação brasileira que irá a Copenhague.

No trecho acima, o verbo “ir” pode ser considerado transitivo indireto. O objeto indireto aqui pode ser, portanto, “a Copenhague” e a oração pode ser codificada como “1 presente”.

Caso 2 Exemplo 2: Mas um sucesso o encontro que vai até o próximo dia 18 já pode contar: o de público

No trecho acima, o verbo “ir” pode ser considerado transitivo indireto. No entanto, no caso em tela o objeto indireto já está ocupando pelo narratema “tempo” (ver regra abaixo de não ser possível sobreposição de funções de um narratema na mesma sentença) e, portanto, não é codificável. Na oração do trecho acima, sua codificação se dá, portanto, sob a opção “0 ausente”.

Caso 3: O "Guardian" anunciava, com a manchete on-line "14 dias para selar o julgamento desta geração", que 56 jornais no mundo, Brasil inclusive, publicam hoje um editorial elaborado pelo britânico.

No exemplo acima, o objeto direto do verbo (da ação) “anunciar” é a oração subordinada “que 56 jornais no mundo, Brasil inclusive, publicam hoje um editorial elaborado pelo britânico.” A oração em tela deve, portanto, ser codificada sob a opção “1 presente”.

Caso 4: Ainda não se sabe se a conferência do clima que começa hoje em Copenhague com a ambição de salvar o planeta será a "virada" histórica que o secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU, Yvo de Boer, reivindica dos líderes mundiais.

No trecho acima, o verbo “começar” é intransitivo e, portanto, sem objeto. Codificar a respectiva oração “0 ausente”.

Caso 5: O secretário-executivo da Convenção do Clima das Nações Unidas, Yvo de Boer, reclamou ontem da tentativa de países ricos "re-etiquetarem" com o selo "clima" os pacotes de ajuda que já existem para ajudar nações pobres.

No trecho acima, a ação “reclamar” poderia ter transitividade tanto direta quanto indireta. Nesse caso, há a presença do objeto indireto “da tentativa” e, portanto, a respectiva oração deve ser codificada como “1 presente”.

NARRATEMAS DE TEMPO E ESPAÇO DA AÇÃO + ACTANTE:

- A informação sobre *tempo e espaço da ação + actante* deve estar na própria oração da ação + actante, ou alternativamente na oração anterior ou posterior, desde que não haja qualquer dúvida que o tempo e o espaço aí dispostos se referem à ação (ao verbo) em análise. Se a especificação ultrapassar esse escopo, ela deve ser codificada como ‘0 – ausente’.

- Importante que todas as análises de tempo e espaço a serem mensuradas pelas variáveis referentes à narrativização devem se referir diretamente à ação identificada.

Exemplo:

O "Guardian" anunciava, com a manchete on-line "14 dias para selar o julgamento desta geração", que 56 jornais no mundo, Brasil inclusive, publicam hoje um editorial elaborado pelo britânico.

A primeira ação que possui actante é “anunciar”. A esta não é possível identificar tempo de ocorrência, nem seu respectivo espaço. A segunda ação com actante (“56 jornais no mundo”) é “publicar”. Esta possui tanto tempo (“hoje”) como espaço (“no mundo”) identificados.

V.68 1ª oração com Ação + actante + tempo [AAT1]

0 Ausente

1 Presente

- Utilizando as definições e procedimentos dispostos acima, codificar esta variável à luz dos exemplos a seguir.

Exemplo em que Ação + actante + tempo se encontra ausente (0 Ausente):

Small island states are heading to certain disappearance when we consider the speed at which glaciers are melting.

Exemplo em que ação + actante + tempo se encontra presente (1 presente):

Gore was one of the key players in sealing the deal in last-minute negotiations in the Japanese city in December 1997

V.69 1ª oração com Ação + actante + espaço [AAE1]

0 Ausente

1 Presente

- Utilizando as definições e procedimentos dispostos acima, codificar esta variável variável à luz dos exemplos a seguir:

Exemplo em que ação + actante + espaço se encontra ausente (0 Ausente):

Small island states are heading to certain disappearance when we consider the speed at which glaciers are melting.

Exemplo em que Ação + actante + espaço se encontra presente (1 presente):

Gore was one of the key players in sealing the deal in last-minute negotiations in the Japanese city in December 1997

REGRAS ADICIONAIS DE CODIFICAÇÃO:

- Um ente só pode assumir um narratema na mesma sentença. Sendo assim, caso o actante seja ele mesmo um tempo ou um espaço, a codificação deverá procurar verificar se a sentença possui informação adicional que especifique o tempo ou espaço do actante. Exemplo:

Trata-se de uma ilha ameaçada pelo aumento do nível do mar.

No caso acima, “aumento do nível do mar” é actante e possui como objeto “ilha”. Tempo e espaço estão ausentes na sentença e, portanto, não devem ser codificados, ainda que, a rigor, “ilha” possa também ser considerado como um lugar.

No entanto, observar que havendo outra informação referente ao lugar ou ao tempo e que não se sobreponha literalmente nem ao actante ou ao objeto, então a codificação deve ser realizada. Exemplo:

Trata-se de uma ilha na Oceania ameaçada pelo aumento do nível do mar

No caso acima, “aumento do nível do mar” é actante e possui como objeto “ilha”. Tempo está ausente, mas o espaço está identificado em “na Oceania” e, portanto, deve ser codificado como presente.

- Citações diretas devem ser tomadas como declarações e enquanto tais elas são consideradas resultados da ação de declarar, dizer etc. e não devem ter as ações citadas pelos seus declarantes codificadas. Exemplo:

“Acho muito importante que esta conferência não tenha como resultado a reciclagem de ajuda”, disse De Boer em entrevista coletiva, sem mencionar a quem estava se referindo.

A primeira ação e actante acima são “De Boer” e “disse”. O objeto da ação é a declaração e, portanto, “acho muito importante *que esta conferência não tenha como resultado a reciclagem de ajuda*”

- Para sonorais, a regra permanece a mesma. Caso o texto jornalístico não especifique pelo áudio (por favor, desconsidere a legenda do vídeo para essa análise) quem fez a declaração, esta conta como ação sem actante e, portanto, não é codificável.

- Tanto a ação como seu respectivo actante não devem ser repetidos na codificação seguinte. Exemplo:

Encontro começa hoje em Copenhague recebendo mais que o dobro do número de participantes previsto inicialmente.

A 1ª ação é “começar” cujo actante é “encontro”. A segunda ação (“receber”) tem o mesmo actante e, portanto, não deve ser codificada.

V.70 2ª oração com Ação + actante [AA2]

- Utilizar os mesmos procedimentos de AA1

V.71 2ª oração com Ação + actante + objeto [AAO2]

- Utilizar os mesmos procedimentos de AAO1

V.72 2ª oração com Ação + actante + tempo [AAT2]

- Utilizar os mesmos procedimentos de AAT1

V.73 2ª oração com Ação + actante + espaço [AAE2]

- Utilizar os mesmos procedimentos de AAE1

V.74 Sequência cronológica das duas ações [CRONOS]

0 - nenhuma

2 - duas ações

- Esta variável tem por objetivo aferir quantas das duas ações + actante codificadas anteriormente foram narradas em ordem cronológica. Sendo assim, a codificação se dá sob as duas opções acima.

3.4.2 PERSONAGENS

Este grupo de narratemas consiste daqueles que indicam o caráter dramáticos de uma narração, pois tais narratemas indicam a existência de emoção e conflito associados a personagens que assumem papéis contrastantes e moralmente identificáveis (vítimas, vilões e heróis).

Todas as variáveis desse grupo foram retiradas e adaptadas de Wessler et al (2013). No entanto, a área de codificação difere substancialmente, uma vez que o presente livro de códigos convencionou tal área a partir dos diferentes produtos jornalísticos em análise. Para jornais impressos, a área de codificação abrange título, subtítulo, legendas e as duas ações codificadas no grupo de variáveis de detalhamento da ação. Para telejornais, a área de codificação abrange a cabeça da matéria e as duas ações codificadas no grupo de variáveis de detalhamento da ação.

V.75 Emoção [EMO] (Wessler et al, 2013, V048 [NAR_EMO], p.63)

0 Ausente

1 Presente

- Quando um actante ou objeto é apresentado sob a condição de um sentimento, por favor codifique como “1 presente” . Exemplo:

A indignação dos africanos ecoou pelo centro de convenções.

V.76 Conflito [CONFL] (Wessler et al, 2013, V052 [NAR_OVTHE], opção 5, p.66)

0 Ausente

1 Presente

- Dois ou mais atores se colocam na oposição um ao outro, possuem motivações diferentes, ambições, estratégias e distintos quadros de referência. Exemplo:

A indignação dos africanos ecoou pelo centro de convenções. Eles reagem à revelação de um acordo paralelo articulado pela Dinamarca, junto com Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Codificar o exemplo acima como “1 presente” dado que existe uma relação de conflito entre “africanos” e Dinamarca, Estados Unidos e Grã-Bretanha.

V.77 Presença de vítima [VIT] (Wessler et al, 2013, V055, [NAR_VICT], p.71)

0 Ausente

1 Presente

- Uma pessoa, grupo ou instituição é prejudicada, ferida ou morta como resultado de um crime, acidente ou outro evento, por exemplo, pequenos Estados insulares que estão sendo ameaçados pela mudança climática; cientista do clima cético que é ignorado por revistas acadêmicas. Exemplo:

Uma delegada das Ilhas Fiji se derrete em lágrimas, ela representa um país condenado a desaparecer se o aquecimento não for freado.

V.78 Nome da vítima [NOME_VIT]

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.79 Tipo da vítima [TIPO_VIT]

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.80 Cargo da vítima [CARG_VIT]

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG], acrescidos das seguintes opções:

1601 Jornalista autor da matéria

1604 Debates

Codificar sob esta opção apenas quando a matéria tratar de um debate sem qualquer especificação adicional ou referência, a exemplo de “o debate sobre o aquecimento no Brasil..”

V.81 Origem da vítima [OGEM_VIT]

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

V.82 Presença de vilão [VIL] (Wessler et al, 2013, V059 [NAR_VILL], p.74):

0 Ausente

1 Presente

- Um vilão é compreendido como qualquer pessoa, grupo, instituição que seja responsável por problemas específicos, prejudicar ou produzir danos para outros. Também pode ser um adversário que inibe o progresso ao se recusar a tomar as medidas necessárias a fim de chegar a uma solução, por exemplo, os países desenvolvidos que são responsáveis por grandes emissões de carbono, uma fábrica local que polui a água potável de uma aldeia, ou países que não querem se envolver em um tratado ou ações corretivas específicas. Exemplo:

O clichê é irresistível: há algo de podre no reino da Dinamarca. A falta de habilidade política e as divisões internas da presidência dinamarquesa da COP-15 acabaram se tornando fatores cruciais para explicar o impasse em Copenhague.

No exemplo acima, a Dinamarca é enquadrada como vilã, pois é considerada como fonte da falta de avanço das negociações.

V.83 Nome do vilão [NOME_VIL]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.84 Tipo do vilão [TIPO_VIL]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.85 Cargo do vilão [CARG_VIL]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG], acrescidos das seguintes opções:

1601 Jornalista autor da matéria

1604 Debates

Codificar sob esta opção apenas quando a matéria tratar de um debate sem qualquer especificação adicional ou referência, a exemplo de “o debate sobre o aquecimento no Brasil..”

V.86 Origem do vilão [OGEM_VIL]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

V.87 Presença de herói [HERO] (Wessler et al, 2013, V063 [NAR_HERO], p.75):

0 Ausente

1 Presente

- Um herói é uma pessoa, grupo ou instituição que é admirado por sua coragem, por uma realização proeminente, ou nobres qualidades, alguém que ajuda a fazer progressos significativos, por exemplo, o líder de um movimento ambientalista ou de um chefe de Estado que traz as negociações do clima avançar significativamente, alguém que toma partido por alguém que está em uma posição mais fraca (por exemplo, para alguém que tenha sido prejudicado por um vilão). Exemplo:

Nenhum dos líderes que subiu ontem ao púlpito do Bella Center, o centro que abrigou a malfadada conferência do clima da ONU, foi tão aplaudido como Luiz Inácio Lula da Silva.

No exemplo acima, o presidente Lula é enquadrado como herói, dado seu desempenho em gerar consenso no contexto de negociações.

V.88 Nome do herói [NOME_HERO]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.89 Tipo do herói [TIPO_HERO]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.90 Cargo do herói [CARG_HERO]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG], acrescidos das seguintes opções:

1601 Jornalista autor da matéria

1604 Debates

Codificar sob esta opção apenas quando a matéria tratar de um debate sem qualquer especificação adicional ou referência, a exemplo de “o debate sobre o aquecimento no Brasil...”

V.91 Origem do herói [OGEM_HERO]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

3.5 VISUALIZAÇÃO:

A codificação de visualização não se trata de um exame detalhado da qualidade de representação de um determinado elemento visual no texto da matéria, mas se orienta tendo como referência o texto e sua respectiva correspondência com a imagem. É o texto, mais precisamente *os substantivos*, que tornam possível a codificação confiável para um tratamento de caráter quantitativo. Isso porque tal abordagem não requer uma análise detalhada de profundidade da relação entre texto e imagem, tais como aquelas operacionalizadas pela análise semiótica. Sendo assim, o movimento de codificação se organiza da seguinte forma para cada mídia em estudo:

IMPRESSO:

- A atribuição de um visual a uma matéria no jornal impresso se dá a partir da análise da diagramação da página. Nesse caso, qualquer parte do texto da matéria (título, subtítulos e corpo) que estabelecer proximidade imediata com um visual, este deverá ser codificado como parte da matéria. Frequentemente um mesmo visual estabelece proximidade imediata com mais de uma matéria. Para esses casos, o visual será codificado para cada matéria e, portanto, tantas vezes quanto for o número de matérias em contato imediato com o visual. Para todas as matérias, as legendas dos visuais passarão a fazer parte do subtítulo da matéria.

TELEJORNALISMO:

- Para codificar as variáveis de visualização no telejornalismo, a codificação só será positiva “1 presente” caso exista *sincronia entre som (texto transcrito) e imagem*.

Exemplo de não sincronia no documento JN001, vídeo 01:

“Não faltam alegorias ao degelo”

O trecho acima contém informação de contexto e na reportagem há imagem de degelo, mas esta aparece depois que o referido trecho é transmitido. Nesse caso, deve-se codificar como “0 ausente” informação de contexto.

V.92 Imagem de informação de contextualização [IMG_CONT]:

0 Ausente

1 Presente

- Essa variável visa identificar imagens que ilustrem informação de contextualização, i.e. qualquer informação que corresponda a uma das variáveis da dimensão de análise referente à informação de contextualização. Para isso, verificar os procedimentos para cada tipo de material jornalístico em análise:

IMPRESSO: Legendas ou referência explícita de visualização, tais como “ver no diagrama ao lado”. Área de codificação: toda a matéria. Exemplo:

Figura 25 – Exemplo de [IMG_CONT] para FSP



» **CIÊNCIA NUA**
Grupo seminu pede “metas baseadas em ciência” no acordo do clima; protesto alude a estudo que estabelece em 350 partes por milhão a concentração máxima de CO₂ que o planeta aguenta

Fonte: Folha de São Paulo

No exemplo acima, a informação de contextualização se refere à concentração de 350 ppm de Co₂, a qual está ilustrada no cartaz da manifestante. A informação ilustra a variável 32 [EMISS].

TELEJORNAL: sincronia entre substantivo que faça parte de informação de contextualização e imagem ilustrando esse. Área de codificação: toda a matéria.
Exemplo:

Figura 26 – Exemplo de [IMG_CONT] para JN



Fonte: Jornal Nacional

A imagem acima pode ser encontrada na matéria do dia 14/12/2009 presente no documento JN013, Vídeo Nº 33 no seguinte tempo: 00:04:29 (4 minutos e 29 segundos), a seguinte informação é acompanhada de ilustração de modo sincronizado:

Entre os anos de 2000 e de 2007, os cientistas têm observado uma redução da calota polar, durante o verão no Hemisfério Norte.

O substantivo sublinhado faz parte de informação de contextualização e que foi codificado na variável 26 [DERT].

V.93 Imagem de lead [IMG_LED]:

0 Ausente

1 Presente

- Essa variável visa identificar se há algum elemento do lead com visualização. São considerados elementos válidos: actante, objeto ou lugar de uma ação, assim como vítima, vilão ou herói, ou qualquer outro substantivo que faça parte da área de

codificação correspondente à área de codificação do material jornalístico em análise (lead).

- Por se referir ao lead, a área de codificação dessa variável é bem mais restrita do que a anterior. Observar abaixo as indicações para cada material jornalístico em análise:

Para JORNAIS IMPRESSOS, ela abrange o título, os subtítulos, a área de codificação referente à dramatização, excluindo-se, portanto, as legendas. Não obstante, as legendas são decisivas para a operacionalização dessa variável, uma vez que é, na comparação de seu texto com o do lead, que a codificação deve ser operacionalizada. Nesse caso, deve-se verificar se há algum substantivo do texto da legenda que coincida com algum elemento válido do lead. Em caso positivo, codificar como “1 presente”. Caso contrário, “0 ausente”. Exemplo:

Figura 27 – Exemplo de [IMG_LED] para FSP



Carlos Minc e Dilma Rousseff após entrevista em Copenhague

Fonte: Folha de São Paulo

A imagem do exemplo faz parte da matéria que corresponde ao documento FSP072 e ela ilustra o seguinte trecho da área de codificação:

Ao final de seu primeiro dia em campo como chefe da delegação brasileira na negociação do clima, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) defendeu uma meta global de corte de 50% nas emissões de gases do efeito estufa até 2050, em relação aos números de 1990.

Para TELEJORNALISMO, a área de codificação abrange a cabeça da matéria e a área de codificação referente à dramatização. Exemplo:

Figura 28 – Exemplo de [IMG_LED] para JN



Fonte: Jornal Nacional

Os líderes mundiais já estavam longe, quando manifestantes, no frio abaixo de zero, lembravam o fracasso de Copenhague.

O exemplo acima faz parte da matéria transmitida pelo JN no dia 19/12/2009 e corresponde ao documento JN022. A ilustração de lead pode ser visualizada no vídeo de número 60 ao tempo: 00:00:32 (aos trinta e dois segundos).

- Um mesmo visual pode conter tanto informação referente ao contexto quanto ao lead (título, subtítulo e área de codificação referente às ações). Se este for o caso, codificar as respectivas variáveis como “1 presente”.

V.94 Outra imagem [IMG_OT]:

0 Ausente

1 Presente

- A área de codificação abrange toda a matéria em ambos os materiais jornalísticos em análise. Ou seja, trata-se da área de codificação mais abrangente possível.

- A variável “outra imagem” só pode ser codificada para imagem que não corresponda às duas variáveis anteriores.
- No entanto, uma mesma imagem pode conter tanto informação de contextualização como representação de algum elemento do lead da matéria. Só não é possível codificar numa mesma imagem informação referente a alguma das variáveis anteriores juntamente com “outra imagem”.
- São codificáveis todos os substantivos presentes no texto da matéria. Para jornais impressos, essa correspondência texto x imagem tem que ser indicada pelo próprio texto. Para telejornal, verificar a sincronia entre áudio (texto transcrito) e imagem.

Exemplo para JORNAL IMPRESSO:

Figura 29 – Exemplo de [IMG_OT] para FSP



Simulação de enterro ecológico, em que corpo é pulverizado

Fonte: Folha de São Paulo

A imagem do exemplo acima faz parte da matéria publicada em 15/12/2009 e correspondente ao documento FSP086. Ela ilustra a legenda, sendo o substantivo “enterro” o mais decisivo em termos de correspondência.

Exemplo para TELEJORNAL:

Figura 30 – Exemplo de [IMG_OT] para JN



Fonte: Jornal Nacional

O exemplo acima faz parte da matéria transmitida pelo JN no dia 19/12/2009 e que corresponde ao documento JN022. A ilustração pode ser visualizada no vídeo de número 60 ao tempo: 00:01:55 (um minuto e cinquenta e cinco segundo). O texto que é ilustrado é o seguinte:

Barack Obama classificou o texto de importante.

V.95 Desconexão cognitiva [IMG_DES]:

Verificar, nessa variável, se existe uma desconexão cognitiva entre texto e imagem. Para isso, verificar se o texto faz referência direta à imagem em questão.

- Em meio impresso, essa referência é considerada existente pela diagramação, ou seja, toda legenda deve ser considerada uma referência à imagem. Não obstante, referências também podem ocorrer no corpo do texto, tais como a partir de indicações como “veja na figura ao lado”.
- No telejornal, a referência deve ser expressa pelo repórter, tais como: “estas são as árvores...”. Caso não exista imagem de árvores, então codificar como desconexão cognitiva entre texto e imagem.

➡ **Atenção:** Não há exemplos para essa variável, pois nenhuma matéria apresentou as condições de codificação aqui estabelecidas.

4. VARIÁVEIS FORMAIS AO NÍVEL DO PROFERIMENTO

V.96 Identificação do proferimento [PRM_ID]:

- Todo proferimento identificado como sendo codificável deve ser ordenado numericamente. Nesta variável, deve-se informar a ordem numérica do proferimento.

V.97 Extensão do proferimento [EXT_PRM]:

- Contar a quantidade de palavras e informá-la nessa variável.

➡ **Atenção:** De modo a facilitar a identificação dos proferimentos nas matérias, repetir na planilha de codificação as seguintes variáveis formais ao nível da matéria: Título da matéria, Identificação do documento, Data, Visibilidade dos *media*, Gradiente de visibilidade.

5. VARIÁVEIS DE CONTEÚDO AO NÍVEL DO PROFERIMENTO

As variáveis dessa última seção do livro de códigos objetivam gerar dados para quatro constructos analíticos, que são a saber: *transparência oficial, distorção, escrutínio público e publicidade ampliada*. Todas as variáveis dessa seção se dão o nível do proferimento. Para orientações de codificação e identificação de proferimentos, deve-se consultar o livro de códigos das sessões da COP-15 em seção homônima a esta.

Além das orientações dispostas na referida seção, esclarecimentos adicionais necessitam ser estabelecidos dado que a natureza dos proferimentos na cobertura jornalística difere, em alguns pontos, dos provenientes das sessões da COP-15, especialmente pelo fato de que naquela os proferimentos se organizam em torno do estilo jornalístico. Esse estilo, ao contrário do comportamento regular dos proferimentos das sessões da COP-15, conta com forte presença da forma narrativa em terceira pessoa e com muito pouco da primeira. Como fator complicador adicional, a diversidade das fontes que compõe a terceira pessoa, na narrativa jornalística, tende a ser muito mais plural e dinâmica. Sendo assim, tomar especial atenção para a seguinte diretriz de codificação: quando uma frase ou sentença apresentar conteúdo codificável no nível do proferimento, sendo que o conteúdo desse proferimento esteja sendo atribuído a várias fontes, deve-se, então, codificar uma quantidade de proferimentos igual ao número de fontes codificáveis. Exemplo:

Para os países em desenvolvimento que já aceitaram reduzir as emissões, como Brasil e a África do Sul, a maior preocupação agora é com a questão do financiamento.

O trecho acima apresenta 2 fontes codificáveis para a categoria analítica de interesse (propostas e demandas em nome do Brasil) e suas respectivas variáveis (*descrição, tema, ação, posicionamento, agentes e destinatários*). As duas fontes codificáveis são países em desenvolvimento e Brasil. África do Sul não é codificável nessa categoria analítica.

Ademais, nas matérias jornalísticas, os proferimentos possuem uma área de codificação distinta daquela das sessões da COP-15. Enquanto nesta, os proferimentos podem ser codificados em qualquer ponto das declarações, naquela os proferimentos só são codificáveis no corpo da matéria. Sendo assim, ignorar cabeça da matéria (telejornalismo), assim como título, subtítulos, e legendas (impressos).

V.98 Nome da fonte [NOME_F]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.99 Tipo de citação [CIT] (Wessler et al, 2013, V072 [ACT_QUOT], p.85):

1 Direta

2 Indireta

3 Autor(a) da matéria

998 Incerto

999 NSA

V.100 Tipo da fonte [TIPO_F]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.101 Cargo da fonte [CARG_F]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG], acrescidos das seguintes opções:

1601 Jornalista autor da matéria

1604 Debates

- Codificar sob esta opção apenas quando a matéria tratar de um debate sem qualquer especificação adicional ou referência, a exemplo de “o debate sobre o aquecimento no Brasil..”

V.102 Origem da fonte [OGEM_F]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

5.1 TRANSPARÊNCIA OFICIAL (SELEÇÃO):

Essa subseção tem por objetivo aplicar, na cobertura jornalística, as mesmas variáveis que foram utilizadas nas sessões da COP-15 para estabelecer uma varredura do posicionamento político oficialmente expresso em nome do Brasil. Desse modo, as seis variáveis que detalham as demandas e propostas políticas são aplicadas aqui novamente. Tendo isso em vista, observar a seguinte diretriz:

- Assim como cada proferimento só pode conter apenas uma fonte, o mesmo é válido para uma demanda ou proposta que essa fonte esteja defendendo ou recusando. Sendo assim, quando uma sentença conter mais de uma demanda/proposta, então o procedimento de codificação da sentença deve ser realizado de modo equivalente às instruções relativas à fonte. Isso implica que o mesmo proferimento deve ser codificado em quantidade igual ao número de demandas ou propostas que ele contiver. Exemplo:

A delegação [brasileira] insistirá na criação de um fundo global para financiar ações de corte das emissões e de adaptação.

O exemplo acima se refere ao 4º proferimento da matéria presente no documento FSP019. Esse proferimento foi codificado duas vezes, pois ele contém duas demandas/propostas: (1) financiamento para mitigação e (2) financiamento para adaptação. A fonte das demandas/propostas, não obstante, é a mesma: o autor da matéria. A fonte não é a delegação brasileira, pois o conteúdo da declaração se refere a uma ação e não a uma declaração. Para se referir a uma declaração, o proferimento em tela poderia ser formulado da seguinte maneira: “*A delegação [brasileira] disse que insistirá...*”. Para esclarecimentos adicionais acerca de como a fonte deve ser codificada, ver “What is a statement?” em Wessler et al (2013, p.79).

V.103 Descrição da ação [DESCR_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [DESCR_S]

V.104 Ações (atribuição de código numérico) [AC_COD_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [AC_COD_S]

V.105 Posicionamento [POSIC_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [POSIC_S]

V.106 Tema [TEMA_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TEMA_S]

V.107 Nome do agente [NOME_AG_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.108 Tipo do agente [TIPO_AG_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.109 Cargo do agente [CARG_AG_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG]

V.110 Origem do agente [OGEM_AG_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

V.111 Nome do destinatário [NOME_DEST_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.112 Tipo do destinatário [TIPO_DEST_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.113 Cargo do destinatário [CARG_DEST_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG]

V.114 Origem do destinatário [OGEM_DEST_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

V.115 Caso [CAS_M]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CAS_S]

5.2 DISTORÇÃO (erro):

V.116 Erro [ER]:

A codificação dessa variável se dá pela comparação das informações que especificam o caso (i.e. *descrição, ação, posicionamento, tema, agente e destinatário*) em cada arena discursiva. Sendo o caso um arranjo *ad hoc* entre as seis variáveis em tela, existe uma margem de variância pela qual o mesmo caso pode ser expresso tanto nas sessões da COP-15 como na sua respectiva cobertura. Levando em conta essa variação, a codificação do erro se orienta no sentido de identificar elementos que distorcem a demanda ou a proposta em relação a como ela foi proferida nas sessões da COP-15. De modo a especificar sob quais circunstâncias e em que níveis tal distorção pode ocorrer, observar abaixo as opções de codificação da presente variável, assim como suas diretrizes de codificação.

0 Sem erro

- A codificação da variável “posição” coincide com a do caso da COP-15. Além disso, o proferimento não apresenta falsa informação ou falta de precisão sobre informações básicas que esclarecem as circunstâncias em que a demanda ou proposta política foi expressa na COP-15 (como a identificação da fonte, seu nome, a data da declaração, etc.). Exemplo:

Hoje a ministra Dilma Rousseff reafirmou que apenas os ricos devem contribuir.

O exemplo acima corresponde ao 3º proferimento da matéria transmitida pelo Jornal Nacional no dia 14/12/2009 e cujo documento está identificado como JN013. Ele se trata do caso número 3, o qual corresponde ao caso “financiamento específico”, o qual consiste na reivindicação de financiamento de modo que se especifique o agente ou destinatário. Isso implica que esse caso em tela tem s três possibilidades de ocorrência: contendo a especificação somente do agente (1), somente do destinatário (2) e, por último, ambos (3). No entanto, o elemento qualitativo que abrange essas três possibilidades é a perspectiva redistributiva do financiamento. Isso implica que, enquanto o agente deve se referir a países com mais condições financeiras (ricos, industrializados, etc.), o destinatário consiste em países mais pobres, emergentes, em desenvolvimento, ou em situação de vulnerabilidade socioambiental. Observar alguns proferimentos desse caso na COP-15:

It is crucial to any outcome in this COP to ensure the fully implementation of commitments of developed countries parties related to the provision of financial resources. (Proferimento presente no documento P002)

The Group [of 77 and China] urges developed countries to take concrete action now to meet their commitments in taking the lead in [...] providing financial support [...] to developing countries. (Proferimento presente no documento P006)

[...] que o dinheiro seja colocado para os países efetivamente mais pobres. (Proferimento presente no documento P045).

Os proferimentos acima atestam, assim, que o conteúdo do proferimento da Ministra Dilma reportado pelo JN corresponde, em termos gerais, ao conteúdo do caso em análise. Ademais, tudo indica que a declaração da ministra foi obtida em alguma situação distinta das sessões da COP-15, dado que não existe registro, no banco de dados desta pesquisa, dela ter feito similar declaração. A única sessão formal (disponibilizada no site da UNFCCC) em que a ministra fez declarações foi numa conferência de imprensa. Nesta, não há registro do proferimento em tela. Não há aqui, portanto, condições de se verificar erro de informação básica (ver adiante). A única forma pela qual o erro pode ser apreendido passa a ser, então, a partir da comparação do conteúdo da demanda/proposta. Com relação a este, parece não haver erro. Recomenda-se, portanto, codificar o proferimento reportado pelo JN como “0 sem erro”.

1 Informação incompleta

- Codificar como referência de “informação incompleta” a observação cuja descrição e especificação do caso contiver menos informações do que a ocorrência *menos detalhada* do mesmo caso nas plenárias. O detalhamento em tela inclui a variável “descrição”, assim como a especificação de agente e destinatários. Exemplo:

Para os países em desenvolvimento que já aceitaram reduzir as emissões, como Brasil e a África do Sul, a maior preocupação agora é com a questão do financiamento. (Proferimento disponível no documento JN001)

O proferimento acima corresponde ao caso (ver variável adiante) “Mitigação brasileira”, o qual trata da proposta/demanda brasileira de desviar a curva de suas emissões projetada para 2020 entre 36,1% e 38,9%. Esse caso teve três ocorrências nas sessões da COP-15. Seus respectivos proferimentos se encontram abaixo:

O Congresso Brasileiro aprovou Projeto de Lei de iniciativa do Executivo que contém um conjunto de ações [...] [que] deverão reduzir o crescimento das emissões brasileiras de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9%, até 2020. (Proferimento disponível no documento P042).

The Brazilian commitment that now is part of our law is a number of actions. It is a number of actions that will amount to a very significant deviation from business as usual, 36,1% to 38,9% from business as usual in 2020. (Proferimento disponível no documento P043).

Apresentamos as nossas metas até 2020, assumimos um compromisso e aprovamos no Congresso Nacional, transformando em lei que o Brasil, até 2020, reduzirá as emissões de gases de efeito estufa de 36,1% a 38,9%. (Proferimento disponível no documento P045).

Observar que, em todas as ocorrências acima do caso “Mitigação brasileira”, houve especificação com relação à percentagem de redução (entre 36,1 e 38,9%) e ao período temporal (até 2020). Ambas as informações se encontram ausentes no proferimento do JN. Recomenda-se codificar, portanto, como “1 informação incompleta”.

2 Informação básica

- Aqui o erro se refere a informações que não se referem ao conteúdo substantivo das demandas ou propostas, mas a informações que se aproximam dos aspectos formais das mesmas, tais como a data em que foi proferida, o nome do declarante/fonte, o nome da sessão etc.

➡ **Atenção:** Não há exemplos para essa opção, pois nenhuma matéria apresentou as condições de codificação aqui estabelecidas.

3 Qualidade da descrição

- Refere-se às possíveis distorções nas descrições da demanda ou proposta. Ou seja, quando a descrição dos *media*, em algum medida, distorcer de modo substantivo a descrição da demanda ou proposta em nome do Brasil. Exemplo:

O presidente ainda reiterou a "ambição" de reduzir pela metade as emissões globais até 2050 como meio de conter o aumento da temperatura do planeta a 2 C até o fim do século, como deve constar o documento final da COP-15. (Proferimento disponível no documento FSP117).

O exemplo acima se refere ao caso “Máximo de 2^o” e teve apenas uma ocorrência em cada arena discursiva. A ocorrência correspondente à COP-15 se encontra abaixo:

Um aumento máximo da temperatura média global de dois graus centígrados é referência importante para nosso esforço coletivo de

mitigação. Essa meta deve ser periodicamente atualizada, de modo a acompanhar o avanço do conhecimento científico. (Proferimento disponível no documento P042).

Como se pode observar na comparação entre os proferimentos, a proposta brasileira não consiste em conter, fixamente, 2°C, tal como sugere a matéria da FSP, mas de utilizar esse patamar como referência para mitigação num curto prazo. Além disso, a proposta de revisão periódica dessa referência demonstra que o Brasil não adotou a referência de 2°C de maneira tão firme para calcular os esforços de mitigação a longo prazo. A revisão periódica abre espaço, portanto, para se adotar referência mais baixas de aumento da temperatura global ao longo dos próximos anos. Esse tipo de formulação em certa medida alinha a posição brasileira à posição do G77, mais especificamente a dos países africanos e insulares, os quais propunham um limite de aumento de temperatura global menor que 2°C, entre 1 e 1,5° C. Sendo assim, recomenda-se codificar o proferimento da FSP como “3 – qualidade da descrição”.

4 Erro na posição:

- Refere-se à divergência entre a posição da demanda ou proposta que foi expressa nas sessões da COP-15 com a posição reportada na matéria. Trata-se do nível mais grave de erro, pois implica dizer que no lugar de ser a favor de uma demanda ou proposta, o declarante ou a fonte se posicionou contra ou vice-versa.

➡ **Atenção:** Não há exemplos para essa opção, pois nenhuma matéria apresentou as condições de codificação aqui estabelecidas.

99 Incerto

999 NSA

➡ **Atenção:** Para citações diretas e sonoras, erro não se aplica (999)

➡ **Atenção:** Quando o mesmo proferimento apresentar mais de um tipo de erro, codificar o de maior gravidade.

V.117 Anotações [ANT_ER]:

Escrever observações ou apontamentos que possam esclarecer a codificação ou informações oportunas para a análise de distorção.

5.3 ESCRUTÍNIO PÚBLICO:

A presente subseção tem por objetivo identificar as características do escrutínio público presentes nas matérias jornalísticas. Para isso, serão identificados tanto os alvos desse escrutínio como o tipo de avaliação política (se positiva ou negativa) de suas ações, declarações ou posicionamento político.

V.118 Escrutínio público [ESCR]:

1 Positivo ou favorável

2 Negativo ou crítico

99 Incerto

999 NSA

- Codificar proferimento que possuam adjetivos, verbos (elogiou, criticou, etc.), advérbios de modo, locuções ou expressões adjetivas que indiquem valoração de um caso de transparência oficial (demanda ou proposta política) anteriormente codificada, ou de um alvo (indivíduos, grupos ou instituições). Ademais, a valoração deve ser assertiva, não podendo ser condicional. Isso implica que não são codificáveis proferimentos em orações condicionais, subjuntivas, ou quando a situação valorada for apenas uma conjectura. Exemplo:

Será chocante se Obama aparecer aqui na semana que vem e anunciar só o que já foi dito na semana passada", disse o ministro do Ambiente sueco, Andreas Carlgren, falando em nome da União Europeia.

A valoração “chocante” direcionada a Obama, no exemplo acima, está condicionado a acontecimentos que ainda não ocorreram, o que deixa de conferir à apreciação em tela caráter assertivo. O proferimento, portanto, não é codificável.

- Quando uma demanda ou proposta de um indivíduo, grupo ou instituição (alvo) recebe um explícito julgamento de valor, codificar o julgamento de valor como direcionado apenas ao alvo caso a proposta não corresponda a um caso de transparência oficial. Exemplo:

nos casos da China e da Índia, [carecem] de metas que realmente cortem as emissões -; e as promessa de ajuda aos países menores são vagas, quando não maquiadas.

O exemplo acima contém dois alvos: *China* e *Índia*. As informações que detalham as características desses alvos devem ser codificadas nas variáveis correspondentes ao alvo (vê-las mais adiante). A demanda/proposta política criticada, i.e. “a promessa de ajuda aos países menores” não corresponde a um caso de transparência oficial e, portanto, não é codificável (para casos codificáveis, ver as diretrizes da próxima variável).

- Se a apreciação política não estiver diretamente relacionada a um caso de transparência oficial, ou mesmo a um alvo, a valoração não é codificável. Exemplo:

Tem um banquete, aí de repente você chega para tomar um cafezinho e chega na hora, não agora vamos dividir a conta. Isso é injusto.

A fonte acima faz um julgamento de valor negativo (“isso é injusto”), mas este julgamento não se conecta claramente a um alvo ou a um caso de transparência oficial e, portanto, não é um julgamento de valor codificável.

- É possível, entretanto, que uma valoração se refira claramente a um ação de um alvo em um determinado proferimento, mas, mais adiante, tal ação é criticada sem que o alvo seja novamente citado. Nesses casos, codificar a valoração e o alvo correspondente, mesmo que a informação de especificação do alvo esteja em algum proferimento anterior ou posterior. Exemplo:

1º proferimento da matéria

A proposta, apresentada pelo maltês Michael Zammit Cutajar e pelo brasileiro Luiz Alberto Figueiredo Machado, alivia para os países em desenvolvimento, ao deixar para o futuro o pico de emissões globais, e para os países ricos, ao ser vaga sobre financiamento

Último proferimento da matéria

Antonio Hill, da ONG Oxfam, porém, critica justamente o fato de o texto [da proposta] não se posicionar a esse respeito.

Em ambos os proferimentos, há um julgamento de valor sobre o texto da proposta cujos autores e, portanto, os alvos são *Michael Zammit Cutajar* e *Luiz Alberto Figueiredo Machado*. No primeiro, o adjetivo “vaga” indica isto. No segundo, o verbo “criticar” usado pela fonte (Antonio Hill) também indica um julgamento de valor de caráter negativo (codificar, portanto como 2). Os alvos do último proferimento da matéria são, desse modo, os mesmos do 1º proferimento.

- Há casos em que o autor da matéria insere sua apreciação do conteúdo de uma declaração – que pode inclusive incluir proposta ou demanda política - de modo que

não é possível separar os proferimentos de quem fez a declaração do proferimento do autor. Nesses casos, deve-se repetir a codificação do proferimento com duas fontes distintas, uma para quem fez a declaração e outra para o autor da matéria. Caso a fonte que fez a declaração não englobe demandas ou propostas feitas em nome do Brasil, codificar como fonte apenas o autor da matéria e, portanto, da apreciação política. Exemplo:

China e Índia propõem uma "redução da intensidade de gás carbônico" em suas economias - camuflagem retórica para aumento nas emissões.

No trecho acima, codificar como fonte apenas o autor da matéria (a jornalista), a qual através da expressão “camuflagem retórica” faz uma apreciação negativa de China e Índia.

V.119 Proposta ou demanda política [PROPS]:

- As únicas propostas codificáveis em termos de apreciação política são aquelas que englobem o Brasil, o G77, ou países em desenvolvimento, ou seja, do tipo “transparência oficial”. Exemplo:

Serra falou sobre a lei paulista de mudança climática e não perdeu a oportunidade de alfinetar o governo federal. "Ela prevê objetivos mandatórios, não voluntários, e prevê reduções em termos absolutos, não apenas uma desaceleração." (Proferimento disponível no documento FSP092).

No exemplo acima, o alvo da crítica é o governo federal e ao explicitar essa crítica, a fonte (o governador José Serra) contrastou as características da lei paulista de mudança climática com a do governo Lula. As características citadas: metas voluntárias e desaceleração das emissões correspondem ao caso “mitigação brasileira”.

- Caso a proposta ou demanda tenha sido identificada nas plenárias e seja, portanto, pertencente à transparência oficial, o código da ação da mesma deverá ser repetido para efeito de codificação da presente variável. Retomando o exemplo anterior, o código da ação que compõe o caso “mitigação brasileira” é “PB114”.

V.120 Nome do alvo [NOME_AV]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.121 Tipo do alvo [TIPO_AV]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.122 Cargo do alvo [CARG_AV]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG]

V.123 Origem do alvo [OGEM_AV]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]

5.4 PUBLICIDADE AMPLIADA:

As variáveis dessa subseção visam identificar três formas com as quais as práticas jornalísticas tendem a ampliar o escopo da publicidade disponibilizada pelas instâncias formais. Essas formas são, a saber: *informação extraoficial*, *informações de bastidores e escândalo*. Para saber a diferença entre cada uma e como codificá-las, observar as definições e diretrizes abaixo.

V.124 Publicidade ampliada [PUBL_A]:

1 Informação extraoficial:

- A informação extraoficial corresponde às demandas ou propostas feitas em nome do Brasil que não puderam ser identificadas nas sessões da COP-15, mas que são dadas ao conhecimento público pelo trabalho de apuração jornalística. Essa apuração acaba por desvelar informações sobre divergências internas dos setores governamentais e que tendem, portanto, a não fazer parte da comunicação oficial das agências governamentais.

A informação será considerada, no entanto, de caráter extraoficial somente se não houver nenhuma indicação, na matéria, que a informação foi obtida contra a vontade das suas fontes, mediante vazamento de informação ou por situações similares, tais como por fonte anônima, material de investigação policial (gravações por exemplo) disponibilizadas ao autor da matéria, etc. Para todas essas outras situações, a informação passar a ser de bastidores ou de escândalo (ver opções de codificação adiante).

Sendo de outro modo, codificar o insumo discursivo como sendo informação extraoficial. Existe, no entanto, demandas ou propostas políticas que foram tornadas públicas pelo governo brasileiro ou pelos países em desenvolvimento em muitos canais oficiais, mas não durante as sessões da COP-15. Em tais casos, a informação também é considerada como publicidade aumentada uma vez que tal informação não pode ser encontrada na transparência oficial da UNFCCC (nas sessões da COP-15). Deve-se codificar esse tipo de informação, portanto, como informação extraoficial. Exemplos:

A ministra [Dilma] acenou com um acordo para submeter o monitoramento e verificação externos apenas as ações do Brasil que contem com financiamento estrangeiro.

"A cobrança nunca vai ser sobre o detalhamento do número", ponderou o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, negociador do Brasil.

O Ministério do Meio Ambiente defende a verificação dos cortes de emissões independentemente da fonte de financiamento. (Proferimentos disponíveis no documento FSP073)

Acima, existem três proferimentos consecutivos de uma mesma matéria e que são provenientes das seguintes fontes: a Ministra Dilma, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo e, por último, o Ministério do Meio Ambiente. Enquanto o primeiro proferimento se refere a um caso de transparência oficial (“Apenas ações financiadas com MRV”), os outros dois devem ser codificados como sendo informações extraoficiais, pois as demandas/propostas correspondentes não constam nas sessões da COP-15. O último proferimento, no entanto, não apenas está ausente das sessões da COP-15, como apresenta uma demanda/proposta divergente daquela oficialmente expressa pelo governo.

- As únicas fontes codificáveis para informação extraoficial são aquelas ligadas ao Executivo brasileiro, ou ao G77 (países em desenvolvimento). Isso significa que outras instâncias que não tiveram representação formal na COP-15, como “países emergentes”, BRICS, etc., estão excluídos.
- A codificação de informação extraoficial deve obedecer aos mesmos critérios da codificação das plenárias, ou seja, deve se referir a orações com o verbo ser no tempo verbal presente ou passado (para citações indiretas), presente ou imperativo (citações diretas) que qualifiquem ações como importantes, urgentes, necessárias, etc.
- A informação extraoficial se restringe a declarações e ações feitas no período da COP-15 e mais importantes: tem que se referir a ela. Sendo assim, não codificar como informação extraoficial declarações e ações referentes à política interna. Exemplo:

Lula tem até sexta-feira para editar os dois decretos negociados no governo. Nesse dia, entraria em vigor a punição a proprietários rurais que descumprem a legislação. A punição - entre elas multa de R\$ 500 por dia, caso o proprietário não se comprometa a recuperar a área desmatada deverá ser adiada até 2011.

O trecho acima se refere a processos legislativo referente à política interna e, portanto, não deve ser codificado como informação extraoficial.

2 Informação de bastidores (vazamentos):

- Quando uma informação fornecida for claramente identificada como um "vazamento", codificar essa informação para a presente opção independentemente se o ator político é um representante brasileiro ou não. A informação de bastidores consiste, portanto, no desvelamento de informações dos bastidores da política a despeito da vontade do ator político que a produziu. Exemplos:

Um documento vazado na Suécia, que detém agora a presidência da UE, diz que, "fundos já existentes precisam ser usados para ações de desencadeamento rápido" para ajudar pobres a lidarem com a mudança climática. (Proferimento disponível no do documento FSP006)

O documento que era mantido em segredo até ser publicado pelo jornal inglês The Guardian mostra que o secretariado da conferência, há dois dias, calculava que, mantidas essas metas de negociação, o aumento da temperatura do planeta chegaria a três graus, um grau acima do previsto anteriormente. (Proferimento disponível no do documento JN018).

- Uma vez identificado um documento ou material num proferimento que seja origem de informação de bastidores, todos os proferimentos que se referirem ao conteúdo desse material (conversa, gravação, vídeo, boato, etc.) deve ser codificado como informações de bastidores. A atribuição dos autores deve ser repetida para todos os proferimentos mesmo que apenas um deles identifique a fonte de produção da informação revelada. Exemplo:

Eles reagem à revelação de um acordo paralelo articulado pela Dinamarca, junto com Estados Unidos e Grã-Bretanha. O jornal inglês "The Guardian" publicou a proposta, que deixaria aos países ricos a decisão de quanto cortar nas emissões. Mas obrigaria os outros a apresentar metas, com exceção dos países muito pobres.

[...]

A proposta abre a possibilidade de o Banco Mundial, e não ONU, administrar os financiamentos para adaptação às mudanças climáticas. E obriga os beneficiados a seguir as regras impostas pelos ricos. (Proferimentos disponíveis no documento JN003).

O último proferimento detalha o conteúdo do “acordo paralelo articulado pela Dinamarca” cujo conteúdo é alvo de informação de bastidores. Desse modo, esse último proferimento também deve ser codificado nesta opção.

3 Escândalo:

- A codificação de escândalo se dá a partir de proferimentos que indiquem choque público ou forte desaprovação moral em relação a uma ação ou declaração de um ator

político. Essas declarações ou ações *podem envolver qualquer ator político e não* apenas os representantes políticos que falam em nome do Brasil. Um escândalo político pode ser também fruto do vazamento de informações de bastidores. Para diferenciar um do outro, deve-se levar em conta que, enquanto as informações de bastidores normalmente não são acompanhadas de explícita desaprovação moral, o escândalo o é. Desse modo, codificar "escândalo" desde que o proferimento sugira explicitamente uma reação ou uma avaliação moral de forte desaprovação sobre o fato ou evento relatado, ou simplesmente o classifique de “escândalo”. Exemplos:

E a preocupação de que o escândalo envolvendo o vazamento de emails de uma Universidade da Inglaterra sirva de desculpa para países que não querem fazer cortes nas emissões de gases. (Proferimento retirado do documento JN001).

Os e-mails de climatologistas vazados de uma universidade britânica no mês passado, usados por céticos como indício de que as provas da culpa do homem no aquecimento global foram forjadas, tumultuaram ontem o terceiro dia de reunião do bloco dos países em desenvolvimento, o G77+China. (Proferimento retirado do documento FSP011).

No primeiro exemplo, a identificação de escândalo é facilitada pela autora da matéria, a qual se refere ao vazamento com a própria palavra “escândalo”. O segundo exemplo sugere o mesmo pela reação gerada pelo conteúdo do vazamento: “os e-mails [...] vazados [...] tumultuaram”. Essa sugestão é confirmada no proferimento subsequente, o qual se refere ao evento a partir de uma referência ao escândalo do *Watergate*: “Segundo pessoas presentes, o "climagate" provocou discussão entre a delegação da Arábia Saudita e os representantes da Micronésia e outros pequenos países insulares.”

V.125 Nome do ator [NOME_AT]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [NOME_AG]

V.126 Tipo do ator [TIPO_AT]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [TIPO_AG]

V.127 Cargo do ator [CARG_AT]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [CARG_AG]

V.128 Origem do ator [OGEM_AT]:

- Utilizar as mesmas indicações da variável [OGEM_AG]